



PORTUGAL DEMOCRÁTICO

NO XIX • N.º 196 • SÃO PAULO • 30 NOV. A 6 DE DEZ. DE 1974 • PREÇO CR\$ 3,00

Diário de Notícias

EDIÇÃO SEMANAL BRASILEIRA

as armas podem abafar,
mas não alteram o pensamento



entrevista com
florestan fernandes

edward kennedy
em portugal

estudantes ajudam
a reconstruir o país

reação
não é só palavra

assembléia
consultiva no exército

O fado é a Lisboa marginal. A balada coimbrã é o fado dos doutores. Mas em Lisboa é que o fado se faz assobio noturno das vielas de má fama ou cantoria de trabalho no dia a dia. Segredo e paixão, gíria orgulhosa, capaz de fazer nascer e alimentar para sempre um grande amor. Música dos pobres, lamentada no canto das tavernas até altas horas, perto dos ouvidos, sem microfones, às vezes a portas fechadas para não quebrar a intimidade do bairro. O som do vinho, sangue civilizado à volta do qual se carimbam, como num templo, as amizades eternas. É o empírico, a volta às origens. O não erudito, ainda quando feito balada nostálgica na voz doutorada dos estudantes de Coimbra. Na sobrevivência do fado está o retrato urbano da pobreza e do subdesenvolvimento. A despeito de ter existido uma célebre fadista oficial e aristocrática para consumo político do regime falecido, e outra não menos célebre e mais internacional, terem levado o fado para o salão a fim de pudesse ser escutado pelas famílias da corte; a despeito de o consumo comercial ter orquestrado a cadência fadista para uns peziños de dança — a verdade do fado viveu e vive ligada à vida dos marginalizados e pobres que guardam em segredo através da guitarra e do canto os seus lamentos, algumas vezes até feito de letras inconvenientes mas com a poesia do calão adequado.

Até o marujo de pequeno ou grande porte, faz desse gesto de sacar da guitarra o desabafo de quem se sente herói.

Quando algumas autoridades civis e militares do governo português levaram há alguns dias atrás o senador democrata norte-americano Edward Kennedy a um desses antros, aliás já meio sofisticados pela razão turística, nem essa sofisticação deve ter escondido a miséria local. O senador deve ter percebido que o Portugal de hoje não acabou na Alfama, mas que é lá corajosa e honestamente que começa. Como começa em todos os lugares onde a hipertrofia seja o prato do dia. Terá visto com os seus próprios

olhos que também o fado quer mudar, cansado de carregar consigo como significado, o conformismo induzido como destino.

Terá compreendido que os responsáveis pela mudança política em Portugal não discriminam setores da população, que eles mesmos ao adocicar o fado na versão coimbrã, comprometeram-se a cantar a música que o povo canta como medida do seu sofrimento, das suas quatro paredes, das suas ruas miseravelmente estreitas e das bocas que andaram anestesiadas mas nunca silenciadas.

Kennedy deverá ter sentido que ao usarem desses instrumentos para lhe fazerem uma autêntica recepção, os portugueses não estavam cuidando de promoções pessoais nem do fado e muito menos querendo convencê-lo de que a miséria portuguesa é fotogênica. Mas sim que, ao assumirem o papel de fadistas eles talvez tenham querido simbolizar a maneira lusa de enfrentar problemas. Isto é, mais do que levado pelo som de marchas militares, o que o povo gosta é de sentar-se à volta de uma mesa, comer, beber e entender-se. Poderão alguns dizer que isso é uma forma "saloia" de democracia, mas é digna, sem retoques e acima de qualquer suspeita. Para um norte-americano começar a aprender Portugal, tal e qual se canta, esta pode ter sido uma boa primeira aula e de claros argumentos.

Nos tempos em que os fados eram outros, o senador teria sido levado para um cenário onde a história e a aristocracia fossem indiscutíveis, e mobilizada uma dessas fadistas a bem da Cultura Popular e Turismo para exhibir a versão oficial do fado.

Agora, graças a homens do governo que são também homens do povo e conscientes da miséria reinante e das responsabilidades perante ela, o fado também mudou e mudará. Deixará de ser fado onde deixar de ser fome e atraso. Não mais tratado com desdém, mas com a grandeza tolerante de quem sabe achar que quando "é dia de procissão/ da Senhora da Saúde/ até a Rosa Maria/ da Rua do Capelão/ parece que tem virtude"...

A digressão da delegação chefiada por Vítor Alves

Na Itália

Giovanni Leone, presidente da República italiana, recebeu no Palácio do Quirinal, o ministro sem pasta, Vítor Alves, com quem conversou durante cerca de 45 minutos, historiando a evolução do processo democrático no seu país e exprimindo a vontade de ajudar Portugal, apesar das dificuldades que a Itália atualmente atravessa.

O ministro português, por seu lado, expôs as linhas mestras do programa do M. F. A., descrevendo os passos principais vividos por Portugal desde 25 de Abril, e enumerou os projetos do Governo Português para a democratização do País, pela via das eleições e da ampla consulta popular.

O inesperado convite do mais alto magistrado da Itália reveste-se de grande significado, já que o protocolo não prevê encontro do presidente da República com membros de Governos estrangeiros ao nível de vice-primeiros-ministros. Poderá acrescentar-se que a vontade de receber Vítor Alves demonstrada por Giovanni Leone é tanto mais honrosa para Portugal quanto é verdade que se verifica no seio de uma crise governamental e exatamente no momento em que se encontra reunida em Roma a Conferência Mundial de Alimentação, cujas delegações têm à frente as mais altas individualidades, nomeadamente o vice-presidente da República de Cuba, que Leone não recebeu.

O major Vítor Alves frisou mais tarde, que Giovanni Leone o recebera com "extraordinária simpatia e cordialidade", não escondendo o prazer que tal encontro lhe proporcionara. Vítor Alves adiantou ainda que a Presidência da República italiana vai publicar um comunicado sobre a audiência, que será divulgado provavelmente, no final da sua visita.

Comunicado conjunto luso-italiano

Praticamente terminada a visita de Vítor Alves a Roma, foi difundido o seguinte comunicado conjunto luso-italiano: "O ministro Vítor Alves, acompanhado pelo secretário de Estado da Indústria e Energia, eng.º Torres Campos, e pelo embaixador itinerante dr. Vasco Vieira de Almeida, visitou Roma, nos dias 11 e 12 do corrente mês, a fim de corresponder ao convite que lhe fora dirigido pelo Governo italiano.

Durante a visita, o ministro Vítor Alves foi recebido pelo Presidente da República, sr. Giovanni Leone, com o qual manteve conversações que decorreram num ambiente de grande cordialidade e mútua compreensão. Na mesma atmosfera tiveram lugar os encontros com o Presidente do Conselho, sr. Mariano Rumor, com o ministro da Defesa, sr. Giulio Andreotti, e com o ministro da Justiça sr. Mário Zagari.

Durante as conversações havidas entre o ministro Vítor Alves, o secretário de Estado da Indústria e Energia, eng.º Torres Campos, o embaixador itinerante dr. Vieira de Almeida e os ministros do Governo italiano responsáveis pelos setores económicos e financeiros, designadamente o ministro do Tesouro, sr. Emilio Colombo, do Orçamento, sr. Giolitti, e das Participações Estatais, sr. Gullotti, foram abordados esquemas concretos de cooperação naquele campo, abrindo-se as mais favoráveis e prometedoras perspectivas a uma consolidação e desenvolvimento das relações entre os dois países.

No contexto mais vasto do apoio do Governo italiano às negociações de Por-

tugal com a Comunidade Económica Europeia, encontrou o ministro Vítor Alves a todos os níveis um acolhimento extremamente positivo.

As perspectivas surgidas foram ainda reforçadas através dos contatos havidos com os mais representativos dirigentes do setor privado italiano.

No decurso da visita, o ministro Vítor Alves teve oportunidade de salientar não só às autoridades italianas, públicas e privadas, como também aos meios de informação, as linhas mestras que presidem à orientação do Governo Provisório, tal como delineadas no programa do Movimento das Forças Armadas, e de dar realce aos resultados já obtidos quanto à descolonização, democratização, e revitalização das estruturas económicas e sociais.

É convicção dos dois Governos que a visita do ministro Vítor Alves veio valorizar com realismo as tradições e interesses comuns aos povos português e italianos".

Concretizaram-se, mesmo, alguns casos, como os das indústrias alimentares, metalomecânicas e químicas, tendo sido referido o complexo de Sines e a nova linha de caminho de ferro que o ligará a Setúbal.

Verificou-se, no decurso da reunião, que são numerosas as possibilidades de cooperação entre a Itália e Portugal, em todos os campos, tendo as individualidades presentes sido esclarecidas no que diz respeito às nacionalizações, e informadas de que a intervenção do Estado em alguns setores nada afetará os industriais italianos. Por fim, o eng.º Torres Campos distribuiu aos presentes uma coletânea da legislação industrial portuguesa.

Os produtos portugueses não chegam para as encomendas

Pedro Alvares teve, depois, um encontro com importadores de produtos portugueses, em que foram focados aspec-

tos mais particulares. O esquema de depósito de importação em vigor em Itália, que obriga o importador a depositar uma percentagem de custo da mercadoria que adquire, sem direito a crédito e pagando a vista, depósito pelo qual recebe um juro baixíssimo, destinado a desencorajar a importação, foi abordado com apreensão, esperando-se que o problema possa ser resolvido de forma satisfatória num futuro próximo.

Esta reunião deu à delegação portuguesa uma agradável certeza — a de que os nossos produtos de exportação, cuja alta qualidade não foi posta em dúvida, continuam a ser procurados, cada vez mais, impondo-se aumentar o esforço em prol da exportação, cujo mercado está assegurado. É o caso das nossas conservas de peixe, "que não chegam para as encomendas", da pasta de papel e da madeira para o seu fabrico.

Ao novo Portugal não interessa o Grupo de Planeamento Nuclear da N. A. T. O.

Algumas dezenas de jornalistas reuniram-se, ao fim da tarde, na Embaixada de Portugal, em Roma, para tomarem parte numa conferência de imprensa. Vítor Alves, Torres Campos e Vasco Vieira de Almeida responderam a perguntas sobre os mais variados assuntos, esclarecendo dúvidas, como, por exemplo, relativas à finalidade da viagem da delegação portuguesa, ao significado da mudança do embaixador dos Estados Unidos em Lisboa e, acima de tudo, ao adiamento da reunião do Grupo de Planeamento Nuclear da N. A. T. O., prevista para Roma, decisão que foi atribuída pelos periódicos locais a presença no Governo Português de um ministro comunista. Vítor Alves desmentiu este raciocínio e informou os jornalistas dos motivos reais do adiamento — e não cancelamento — da reunião. De qualquer modo, e como o ministro frisou, a admissão de Portugal nesse grupo fora pedida pelo Governo de Marcelo Caetano, e aceita pela N. A. T. O. em Junho de 1974, portanto, quando todos já conheciam a existência de eventuais inconvenientes para a Aliança Atlântica de elementos do Partido Comunista. Por outro lado, dada a reviravolta política operada pelo 25 de Abril, "ao novo Portugal não interessa estar no grupo de planeamento nuclear da N. A. T. O.", pois existem outros campos de ação muito mais importantes para o povo português.

Na Bélgica

O ministro dos Negócios Estrangeiros da Bélgica, Van Eslande, recebeu o major Vítor Alves, com quem conversou sobre alguns dos assuntos que mais interessam aos dois países, no contexto europeu e mundial, tendo reafirmado "a sua fé no desenvolvimento democrático de Portugal, ao qual a Bélgica quer dar todo o apoio".

A forma como o ministro sem pasta português foi recebido insere-se na posição assumida pela Bélgica logo após o 25 de Abril. Não podemos esquecer — como nos frisou o major Vítor Alves — que aquele país foi um dos primeiros a acolher a nova democracia portuguesa. Isso leva-nos, naturalmente, a encarar como naturais os resultados da visita relâmpago, no campo dos contatos a nível governamental, fato que não invalida, porém, o seu valor, significado e repercussão.

Antes da audiência com o titular da pasta dos Negócios Estrangeiros da Bélgica, Vítor Alves estivera na Embaixada de Portugal, onde concedera duas entrevistas — à Rádio e à Televisão — e participara numa recepção oferecida aos emigrantes portugueses da Bélgica e do Luxemburgo, durante a qual pudera contactar, mais demoradamente, com aqueles que vieram expressamente para testemunhar o seu patriotismo, a sua fé nos destinos do novo Portugal e, também, para ouvir tudo o que o ministro tinha para lhes transmitir, como elemento destacado do Movimento das Forças Armadas.

António Angelo presidente da Associação Portuguesa dos Emigrados na Bélgica, usou da palavra, salientando com entusiasmo o significado da visita do ministro e a vontade de todos os portugueses residentes naquele país de contribuir para o esforço que as forças democráticas e progressistas estão a realizar em Portugal, abrindo caminho para uma verdadeira democracia e banindo para sempre, da nossa vida, os espectros do fascismo.

O major Vítor Alves — que aproveitou a ocasião para pedir a máxima franqueza na exposição de problemas, durante a sessão de esclarecimento a realizar mais tarde — divulgou, ainda, que outros seus camaradas do Movimento das Forças Armadas e dos partidos democráticos se deslocarão à Bélgica para esclarecer e apoiar os nossos trabalhadores que ali vivem e labutam.

Comunicado oficial do ministro belga dos Negócios Estrangeiros

É o seguinte o texto do comunicado oficial do ministro belga dos Negócios Estrangeiros, difundido após o seu encontro com o major Vítor Alves:

"O ministro belga dos Negócios Estrangeiros, Renaat van Eslande, recebeu, hoje, quarta-feira, o ministro Vítor Alves, porta-voz do primeiro-ministro português.

As conversações referiram-se às perspectivas de cooperação entre as Comunidades Europeias e Portugal, ao futuro económico e político de Portugal e às suas relações com a África.

O ministro Van Eslande reafirmou a sua fé no desenvolvimento democrático de Portugal, ao qual a Bélgica quer dar todo o seu apoio."

Entusiástica recepção dos trabalhadores portugueses

Os portugueses da Bélgica e do Luxemburgo receberam o ministro Vítor Alves no aeroporto nacional de Bruxelas, com um calor e entusiasmo que traduziram, claramente, o que para eles significava a visita de um membro do Governo Provisório e, acima de tudo, a pronta aceitação do seu convite.

Entregues a si próprios e ao destino durante o regime fascista, explorados por quem tinha a obrigação de os de-

Diário de Notícias

EDIÇÃO SEMANAL BRASILEIRA



Vítor Alves com o Presidente Giovanni Leone



LOIDE NACIONAL corretora de seguros Ltda.

Largo do Arouche, 337 — 10.º andar

Telefones: 220-0607 — 220-0650 — 220-5008

CEP 012019 — SÃO PAULO

Carteiras de seguros:

Lucros Cessantes — Vida — Roubo — Riscos Diversos —

Importação — Acidentes Pessoais — Fidelidade —

Automóveis — Vidros — Seguro Educação



Vitor Alves numa reunião de imprensa em Bruxelas

fender, privados do apoio e da assistência que os Governos de outros países garantem aos seus trabalhadores no estrangeiro, os nossos emigrantes, que há anos lutam por um lugar ao sol em terras da Bélgica, mal podiam crer que um ministro do seu país natal iria estar entre eles para conversar, sem formalismos ou inibições, sobre os problemas que até 25 de Abril pareciam insolúveis.

Habitados a ver no ministro uma figura inacessível, sempre rodeada de altos funcionários que era preciso contactar hierarquicamente, como quem percorre uma via sacra, os nossos trabalhadores tiveram, logo no primeiro contato com Vitor Alves, a percepção de que tudo mudara, de que há, efetivamente, um Portugal renovado.

Vitor Alves teve a recebê-lo, na aerogare, o presidente da Associação Portuguesa dos Emigrantes da Bélgica, António Angelo, e a secretária da direção, Pátima Teixeira, que lhe ofereceu um ramo de cravos; e, também, pelo núcleo português "Promoção e Ação Cultural", agrupamento do Partido Socialista belga, Teresa Loureiro e Pedro Marcelino. O jovem António Angelo, entusiasmadíssimo e comovido, saudou efusivamente o ministro, abraçando-o com vigor e dizendo da sua alegria por poder afirmar ao "soldado amigo que o povo está contigo" e garantir que também ali "o povo unido jamais será vencido".

"Não estávamos habituados a ver os nossos convites serem aceitos", frisou, "e sofremos, todos, os efeitos perniciosos da falta de informação."

"Grândola, Vila Morena" no aeroporto de Bruxelas

No exterior da zona de embarque do aeroporto, um grupo de portugueses aguardava o ministro. Empunhando uma bandeira nacional, irromperam numa vibrante salva de palmas quando Vitor Alves e a sua comitiva ali chegaram. Um gravador portátil, levantado bem alto por um dos emigrantes, tocava "Grândola, Vila Morena", embora a voz de José Afonso fosse constantemente abafada pelos gritos que desde o 1.º de Maio, constituem palavras de ordem do povo português, repetidas em coro por todos os presentes.

Emocionados, aqueles trabalhadores, alguns vindos de fora de Bruxelas, quiseram a mão e o abraço de Vitor Alves e dizer-lhe, em palavras simples, profundas e sinceras, da alegria que sentiam.

No Aeroporto Nacional estiveram, também, a receber o major Vitor Alves, os embaixadores de Portugal na Bélgica, Armando de Paula Coelho, o adjunto da N. A. T. O., Freitas da Cruz, os membros da delegação portuguesa na Organização do Atlantico Norte, conselheiros da nossa Embaixada, adidos comercial e de imprensa, o cônsul-geral em Antuérpia e o cônsul honorário em Bruxelas.

Diário de Notícias

Conferência de Imprensa

Logo após a entrevista com o ministro Van Eslande, Vitor Alves, Vasco Vieira de Almeida e Pedro Alvares tomaram parte numa conferência de imprensa, realizada numa das salas do International Press Centre — o magnífico centro internacional criado para servir os jornalistas que em Bruxelas, noticiam os acontecimentos mundiais e, em particular, os da N. A. T. O. e do Mercado Comum.

Algumas dezenas de profissionais, representando os mais importantes órgãos de informação mundiais, dirigiram um inteligente encadeado de perguntas ao major Vitor Alves, registrando as suas respostas, e também uma exposição do embaixador, Vieira de Almeida sobre a situação económica portuguesa, atual e futura.

Muitos foram os temas tratados, com maior ou menor desenvolvimento: a mudança do embaixador americano em Lisboa; o bloqueio, como foi afirmado, das multinacionais que operam em Portugal; a possibilidade de uma eventual intervenção estrangeira no nosso país; os projetos em relação à Europa dos Nove; as condições de cedência das bases das Lajes e de Beja; as relações com a Espanha; o futuro de Angola e a perspectiva de uma confederação com alguns dos países vizinhos, bem como a possível secessão de Cabinda; e a renúncia do general Spínola.

Quanto à N. A. T. O., muitas foram as perguntas dos jornalistas, que insistiram nos aspectos — já muito nossos conhecidos — da presença, no Governo Português, de um ministro comunista, do adiamento da reunião do Grupo de Planeamento Nuclear e da hipotética quarentena a que Portugal estaria sujeito, dado o alegado perigo de divulgação dos segredos da organização através do P. C. P.; e, ainda, do possível aumento da participação de Portugal na defesa da Europa.

Vitor Alves, em resposta, afirmou que se encontraria, agora, em Londres, com Josef Luns, e esclareceu, uma vez mais, a existência da separação dos poderes militar e civil em Portugal, fato que não deveria dar ao a quaisquer especulações, tais como as que a imprensa estrangeira tem ultimamente publicado.

Acrescentou ainda, que Portugal só sairá da N. A. T. O. se a maioria do povo objetar à continuação da associação, problema que, no entanto, não será discutido senão depois das eleições gerais de 1975.

"Mas se o povo português desejar a retirada, depois das eleições, a vontade do povo será cumprida", esclareceu o ministro.

Logo após a conferência de imprensa, Vitor Alves teve um encontro de trabalho com o embaixador-chefe da delegação portuguesa junto da sede da N. A. T. O.

A noite, o ministro visitou a sede da Associação Portuguesa dos Emigrantes na Bélgica, cujos serviços e instalações observou com muito interesse. Dirigiu-se, depois, para a Maison des Huit Heures, onde decorreu uma animada sessão de esclarecimento, à qual esteve presente elevado número de emigrantes portugueses que trabalham quer na Bélgica quer no Luxemburgo, e que se deslocaram expressamente a Bruxelas para ouvirem o ministro Vitor Alves falar sobre os muitos assuntos que lhes interessam e, também, para melhor poderem compreender o espírito do Movimento das Forças Armadas, escutando um dos seus elementos.

Depois, o ministro Vitor Alves iniciou em Londres, a última etapa da sua viagem por cinco países europeus. Na capital da Grã-Bretanha, o ministro português participou na Assembleia do Tratado do Atlantico Norte, que ali se encontra reunida.

Declarações sobre a base de Lajes

O ministro Vitor Alves, encarregado da Defesa Nacional do seu País, declarou hoje nesta cidade que a base aérea das Lajes (Açores), "que é uma base da O. T. A. N., deverá ser utilizada no âmbito desta aliança".

Indicou ainda que Portugal está a negociar com os Estados Unidos as condições de utilização daquela base à luz dos acontecimentos do 25 de Abril. "Os contratos que propusemos são muito diferentes dos concluídos pelo regime precedente", disse.

Para os especialistas dos assuntos atlânticos, esta declaração constitui, sem equívoco possível, a vontade do Governo português de proibir no futuro, qualquer utilização da base para outros fins diferentes dos da defesa dos países membros da O. T. A. Se rebenatar nova guerra no Médio Oriente, esta base não poderá, portanto, servir de escala para o envio de armas americanas para Israel.

Na Inglaterra

Vitor Alves disse, nesta cidade, que poderão eventualmente ser criadas delegações dos partidos políticos e do próprio M.F.A., medida que se prevê surja a curto prazo, junto da colônia portuguesa nesta cidade. O ministro sem pasta anunciou ainda a fixação, para breve, em Londres, de um elemento da Secretaria de Estado da Emigração.

O ministro falava diante de algumas centenas de portugueses, no decorrer de uma recepção no Kensington Palace Hotel, em que expôs as linhas de atuação dos responsáveis pelo novo Portugal, relativamente aos emigrantes portugueses, focando nomeadamente o seu direito de voto, as medidas de austeridade preconizadas pelo Governo e a resolução do problema dos refratários. Referiu, a propósito, a prevista efetivação de um Serviço Nacional, quando da reforma da Lei do Serviço Militar.

Vitor Alves, que foi entusiasmaticamente acolhido pelos presentes na reunião, estabeleceu diálogo com várias pessoas, que se lhe dirigiram para lhe exporem dúvidas, problemas ou, simplesmente, os anseios de quem está longe e quer conhecer o que se passa no seu país. Por outro lado, foi reivindicado o saneamento nas representações diplomáticas portuguesas nesta cidade e na Casa de Portugal.

Na reunião estiveram presentes os membros da comitiva do ministro, o embaixador de Portugal e funcionários da Embaixada e do Consulado, o diretor da Casa de Portugal, e elementos das várias associações de portugueses existentes na Grã-Bretanha.

Problema africano, N. A. T. O. e base das Lajes — temas abordados numa conferência de imprensa

Por outro lado, os nomes mais consagrados do jornalismo britânico e numerosos correspondentes de ór-

gãos da informação estrangeiros, num total de oitenta jornalistas, estiveram presentes na conferência de imprensa dada pelo ministro Vitor Alves, durante a qual este respondeu a perguntas sobre a descolonização e a situação política atual no nosso país, esclarecendo ainda aspectos relacionados com as suas recentes declarações, em Bruxelas, a respeito do futuro das bases americanas nos Açores.

O ministro disse que tinha sido mal compreendido, há dois dias, na capital belga, quando indicou que o seu país considerava a estratégica base das Lajes, nos Açores, como pertencendo mais à N.A.T.O. do que como uma base americana. Vitor Alves esclareceu que Lajes — que os Estados Unidos utilizaram durante a guerra de Outubro de 1973, no Médio Oriente, na sua ponte aérea para reabastecimento militar de Israel — são efetivamente um problema bilateral, que Portugal está a negociar agora com os Estados Unidos. Declarou ainda que algumas cláusulas do acordo vão ser modificadas, mas não acrescentou pormenores.

Por outro lado, Vitor Alves reafirmou que Portugal permanecerá membro da N.A.T.O., de harmonia com as decisões do Movimento das Forças Armadas, e que a sua posição definitiva só será decidida pelo Governo saído das eleições legislativas que se vão realizar em Setembro ou Outubro de 1975.

O ministro de Estado qualificou ainda de "especulações" as informações de que o adiamento da reunião do Grupo de Planificação da N.A.T.O., a que Portugal fora convidado a aderir depois do golpe de Estado de 25 de Abril, tinha sido decidido por causa da presença de um comunista no Governo de Lisboa. Ora, afirmou, "a reunião foi adiada por razões administrativas que dizem respeito à N.A.T.O. De qualquer modo, o Portugal novo não se interessa pelos problemas nucleares, e a participação neste grupo, importante para o antigo regime, não o é para nós. Todavia, Portugal não tenciona retirar-se".

O problema dos territórios africanos foi também abordado pelos jornalistas, que demonstraram um perfeito conhecimento das realidades portuguesas e um genuíno interesse informativo quanto à situação atual.

O ministro disse, nomeadamente, que o Governo Português aceitou as garantias da África do Sul de que não há, neste país "mercenários brancos", que estariam a preparar uma intervenção contra Moçambique ou Angola, e acrescentou tratar-se de rumores suscitados pela presença, naquele país, de um certo número de foragidos europeus de Moçambique.

Vitor Alves negou que houvesse possibilidades de uma "guerra civil em Angola" e disse que não se cairia decerto nesse extremo. Acrescentou que pensava que tudo acabaria por acalmar e resolver-se à mesa de negociações, com a participação de representantes dos três movimentos de libertação e da minoria branca.

Sessões de trabalho do embaixador Vieira de Almeida

Entretanto, e paralelamente à atividade do ministro Vitor Alves, o embaixador itinerante Vasco Vieira de Almeida teve recentemente uma reunião com cerca de 60 investidores e pessoas com interesses em Portugal, a quem expôs o que se passa no nosso país, e um outro encontro com quatro dezenas de responsáveis por grandes organizações bancárias inglesas e norte-americanas, aos quais informou sobre a situação do mercado financeiro português.

Por outro lado, e conforme noticiámos, Vasco Vieira de Almeida encontrou-se também com o diretor dos Assuntos Internacionais da Confederação Britânica, sr. Cope, com quem debateu projetos cuja realização se prevê a curto prazo, tendo sido obtidos resultados bastante positivos.

O ministro Vitor Alves, a quem foi oferecido um jantar pelo embaixador de Portugal em Londres regressa brevemente a Lisboa.

Vasco Félix



PAPELARIA
E
LIVRARIA

brasiliense

Livros Portugueses
Livros Nacionais e Importados
Livros Universitários

Rua Barão de Itapetininga, 93/99
Fone: 32-7770 — São Paulo

Universitários ajudarão a reconstruir o país

Cerca de 28 mil alunos não poderão frequentar as nossas Universidades, embora já se encontrem inscritos, devido ao fato de as atuais estruturas não comportarem o elevadíssimo número de inscrições nesta era nova em que a Universidade começa a ser para todos. Que fazer? — perguntam-se os responsáveis. E como toda a pergunta tem uma resposta, a resposta acabou por ser esta: vão construir-se, com aqueles 28 mil estudantes e alguns mais, brigadas de trabalho que, ao mesmo tempo que ajudam a reconstruir o País, se inserem num esquema até agora desconhecido entre nós: — juntar a prática à teoria. Isso foi anunciado pelo ministro do Trabalho, durante uma reunião informal, realizada naquele Ministério, com os delegados das direções das associações de alunos dos círculos de Lisboa, Coimbra e Porto.

Existe um número elevado de alunos inscritos nas escolas, nos liceus, nas faculdades, para o qual as atuais estruturas não têm possibilidades de comportamento. Este largo excesso de inscrições, quer o Governo resolvê-lo à partida pela forma mais conveniente — declarou o ministro do Trabalho durante a reunião efetuada recentemente, no seu Ministério, com a comissão pró-União Nacional dos Estudantes Portugueses com vista ao estudo do trabalho estudantil.

Na reunião estavam presentes, além do ministro Costa Martins, o secretário do Trabalho, dr. Carlos Carvalhas, um representante do M.E.C. e os vários delegados das direções das Associações Escolares do Porto, Coimbra e Lisboa, em número que rondava a meia centena. Prosseguindo na explanação dos objetivos que moveram quer aqueles estudantes, quer os membros do Governo, a esta troca de idéias dentro dum esquema que visa a solução de um problema tão premente como é o das lacunas deixadas pelo anterior regime no âmbito do Ensino, o ministro Costa Martins diria:

— Diante, pois, desta dificuldade, o Governo procurará a solução mais adequada, não só tentando que seja absorvida pelos estabelecimentos de Ensino o maior número possível de alunos inscritos, como também, e paralelamente, indo para outras soluções que sirvam da melhor forma os interesses dos estudantes, os interesses do País e os do povo. Como uma parte desses alunos, provavelmente, não poderá ter cabimento nos atuais estabelecimentos de Ensino, pensou-

-se em solicitar a sua colaboração para a reconstrução do País. Estou certo que — acrescentou o ministro — nenhum dos jovens conscientes e decididamente voltados para o processo de democratização do País e para a reconstrução do mesmo, deixará de aceitar este apelo.

Em relação ao esquema idealizado para esta conjuntura do aproveitamento do trabalho válido dos estudantes e das vantagens que aos mesmos tal trabalho acabará por trazer, Costa Martins adiantaria:

— Há vários problemas a enfrentar e vários setores a atacar, como procurarmos tirar uma máxima rentabilidade das Academias Militares, onde muitos de vós poderão ser integrados (quero aclarar que isto não é, de maneira nenhuma, um convite para vida militar) para prosseguirem o vosso curso, por exemplo, de engenharia, em que teriam uma certa instrução militar, mas em que o Governo está na disposição de encarar esse tempo, como um tempo de serviço militar a descontar no serviço obrigatório.

Isto poderia vir a passar-se, explicou ainda o ministro do Trabalho, com outras unidades militares, em que seria possível estabelecer "part-time" para a instrução militar e, o grosso do tempo, para a reconstrução do País, nomeadamente na construção civil, erguendo balços de renda económica, escojas, trabalhando na montagem de sistemas de eletrificação, água, saneamento, etc. Com esse fim, vão utilizar-se, para a concentração dos estudantes-trabalhadores em algumas zonas do País, os estabelecimentos afetos à F.N.A.T., procurando-se que sejam conseguidos os meios necessários para as deslocações dos contingentes estudantis. Há, igualmente, a contribuição de certas unidades hoteleiras, que neste sentido já ofereceram os seus préstimos.

Também em matéria de assistência hospitalar — proporia o ministro Costa Martins — muito há a fazer, para o que contamos com os vossos contingentes femininos. Dentro deste espírito, eu gostaria que fossem constituídas algumas equipes junto dos organismos responsáveis pelos vários setores de que vimos falando, aos quais o Ministério do Trabalho prestará todo o apoio e colaboração necessários ao planeamento a que desde já gostaria ver-nos deitar mão.

Após o intróito do ministro Costa Martins falaram o secretário do Trabalho e o representante do M.E.C., encetando-se em seguida um diálogo vivo, dinâmico, em torno do assunto, no qual os estudantes tomaram parte com enorme entusiasmo.

Em certa altura deste diálogo, o representante do M.E.C. disse: Encontram-se, devido às causas que conhecemos, cerca de 28 mil alunos às portas das Universidades, ou seja, sem nelas se poderem sentar, embora se encontrem inscritos. Foi aí, precisamente, que nasceu o problema que estamos aqui a debater.

No final da reunião os alunos deliberaram manter-se no interior do edifício do Ministério do Trabalho para discutir a imediata formação da comissão coordenadora que terá por missão entrar em contato com as massas estudantis, motivando-as para um tão admirável objetivo.

Apoio dos estudantes à iniciativa

Em reunião inter-associações, realizada na Associação de Estudantes de Medicina, as direções associativas analisaram o resultado da entrevista que alguns dos seus elementos tinham tido, pouco antes, com o capitão Costa Martins, ministro do Trabalho, tendo aprovado um comunicado em que manifestam a total adesão dos estudantes à iniciativa de virem a participar diretamente no processo de reconstrução do País e consolidação da democracia.

A fim de ser rapidamente concretizada esta idéia "pretendem as estruturas associativas levar a cabo esta iniciativa, realizando a sua ampla divulgação junto dos estudantes, promovendo a realização de reuniões de trabalho com o fim de organizar todos os pormenores relacionados com a sua efetivação, ganhando enfim as massas estudantis para este grande objetivo de unir a nossa ação à das massas populares. Para tal serão convocadas reuniões em todas as escolas.

Paralelamente, as direções das AAEE participarão através de delegados seus, em reuniões inter-ministeriais e em grupos de trabalho específicos, tendo em vista o estabelecimento de um plano de iniciativas, com garantias técnicas e práticas para a sua total efetivação.

Quanto à proposta do MEC de integração dos novos alunos nesta iniciativa, as direções das AAEE têm consciência da gravidade dos problemas com que se debate hoje o ensino, no início de um novo ano escolar. Esses graves problemas, consequência de herança da política fascista, têm hoje de ser resolvidos com a participação estudantil, com o nosso empenhamento em colocar a Democratização do Ensino, ao serviço do processo de democratização que o País atravessa. Hoje, as escolas não podem paralisar. A explosão escolar, as deficiências de instalações, de corpo docente, de material escolar, têm de ser discutidas pelos estudantes; juntos — estudantes, professores progressistas e autoridades escolares — temos de encontrar as soluções que sirvam a democracia. Por isso, as direções das AAEE entendem que deve ser já iniciado um amplo debate nas escolas sobre estes problemas".

"República"

Há que adotar medidas de emergência

A necessidade de divulgar junto das massas estudantis as decisões emanadas do VII Congresso do P.C.P. foi um dos temas-base do comício da União dos Estudantes Comunistas, que se efetuou na Sociedade Voz do Operário, e que coincidiu com a passagem do quinquagésimo sétimo aniversário da revolução socialista na União Soviética.

A sala encontrava-se completamente cheia de jovens, decorrendo o comício em ambiente entusiástico, desde o primeiro momento. Presentes delegações do M.E.S. da J.S. e do M.J.T.

O primeiro orador citou vários problemas do ensino, entre os quais o analfabetismo e a quase inexistência de investigação científica em Portugal. Em dado momento, afirmou: "Também no campo do ensino há que adotar medidas de emergência".

Seguidamente Carlos Costa debruçou-se sobre o movimento associativo e o modo como para ele contribuíram os estudantes comunistas. Aludiu, mais adiante, à U.N.E.P., a ações concretas já realizadas (campanhas de alfabetização). Fez ainda referência à ação de certas "organi-

zações racionais", que servem objetivamente a reação.

O terceiro orador — Cesar — recordou as lutas que, no tempo do fascismo, os estudantes comunistas empreenderam ao lado da classe operária. Precizando que "só uma infima parte dos estudantes universitários são oriundos das classes trabalhadoras", acrescentou que os estudantes progressistas estão empenhados na construção de uma nova sociedade.

As profundas alterações já verificadas, desde o 25 de Abril, foram referidas por Joaquim Oliveira, que, noutro momento da sua intervenção, considerou a U.N.E.P. como ponto de convergência do trabalho desenvolvido e a desenvolver. Teve ainda uma referência para os "grupos pseudo-revolucionários" que se unem à reação, procurando impedir o início das aulas e travar o processo democrático em curso.

Carlos Brito classificou, simultaneamente, de "natural e significativa" a escolha do 7 de Novembro para celebrar o segundo comício da U.E.C. afirmou depois que "o fascismo não nos conseguiu isolar dos povos revolucionários", que prestaram "ativa e fraterna solidariedade".

Lembrou as "medidas de emergência" do sétimo congresso, dizendo, noutra passagem: "Não podemos permitir que Portugal continue a ser propriedade de uma dúzia de famílias", e classificando os monopólios como "inimigos n.º 1 da Democracia". E ainda: "Os que fizeram as arruaças recentes são mal intencionados", assim designando também os que atacam os partidos democráticos, o Governo Provisório e o M.F.A.

Lida pela mesa, foi aclamada uma proposta de saudação ao povo e à juventude da União Soviética, no dia em que passa o 57.º aniversário da revolução socialista. O estudante Pedro falou a seguir da contribuição dos estudantes para a reforma geral e democrática do Ensino, indicando a necessidade de, em Portugal, o ensino estar ao serviço do povo trabalhador. Fez igualmente referência à formação da U.N.E.P., que "será a verdadeira força dos estudantes portugueses".

Arrancar definitivamente as raízes do fascismo

Sérgio Vilarigues começou por evocar a antiga Federação das Juventudes Comunistas Portuguesas. Em dado momento, disse: "Portugal, que realiza a revolução democrática nacional, avança também para o socialismo". Considerou também que os estudantes estiveram na primeira linha na luta contra o fascismo, e a necessidade de "arrancar definitivamente as raízes que ainda restam do fascismo". Preconizou que sejam levadas a cabo as tarefas propostas no congresso.

A presidente da mesa sintetizou na alocução final vários temas, concluindo com palavras do dr. Alvaro Cunhal, no VII Congresso do Partido. Primeiro comício da U.E.C. em Coimbra

Com o Teatro Avenida, desta cidade, repleto de gente, na sua grande maioria estudantes militantes da União dos Estudantes Comunistas, vendo-se também numerosos militantes do Partido Comunista Português, realizou-se, nesta cidade, o primeiro grande comício da U.E.C.

A sessão desenvolveu-se por entre entusiasmo e fervor associativo, falando em primeiro lugar o militante Luis Carlos Januário, que apresentou os oradores que se seguiram: Pena dos Reis, do Comité Central; Antonio Luis Catarino, estudante liceal; José Afonso, professor do ensino secundário; Anibal de Almeida, professor universitário; a militante Eugénia Vasques; Laurindo Cruz, que representava o Movimento da Juventude Trabalhadora; Antonio Jorge, do Comité Central; José Bernardino, da direção da Organização Regional das Beiras, de Coimbra, do P.C.P., e ainda suplente do Comité Central do P.C.P.; e, finalmente, Cita Vales, da comissão central da U.E.C.

O comício terminou com a entoação em coro do "Avante" e da "Internacional".

ouça diariamente

A EMISSORA NACIONAL DE LISBOA

nas ondas

13, 19, 25 e 31 metros
a partir das 12 até 21 h.
(horário do Brasil)
noticiário às 16, 19 e 20 h.

OFICINA DE ESTAMPAS CISPLATINA

Consertos e reparos de máquinas e ferramentas

SERVIÇO DE TORNO E PLAINA

SOARES & BAPTISTA LTDA.

Rua Cisplatina, 31 — Fone 273-5683 — Ipiranga — São Paulo

Entrevista com Florestan Fernandes



por Joaquim Quitério

Professor de sociologia na Universidade de São Paulo de 1945 a 1969; professor visitante da Universidade de Columbia em 1965/66; professor visitante da Universidade de Toronto em 1969/70; professor com tenure na mesma Universidade de 1970 a 1972; pertenceu à mais ilustre geração de mestres de Ciências Humanas da U.S.P., que deixou como catedrático; colaborador de longa data de PORTUGAL DEMOCRÁTICO; grande amigo de Portugal, terra de seus antepassados originários de S. Martinho dos Silvais, do distrito de Braga, província do Minho; pessoa non grata para a antiga FIDE que tentou impedir o seu desembarque em Lisboa; autor de vasta bibliografia, adiante parcialmente citada; cientista de grande prestígio no Brasil e no mundo; Florestan Fernandes.

Principais obras publicadas: Organização Social dos Tupinambás; A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá; Folclore e Mudança Social na Cidade de São Paulo; A Integração do Negro na Sociedade de Classes; O Negro no Mundo dos Brancos, Brancos e Negros em S. Paulo (em colaboração com Roger Bastide); Educação e Sociedade no Brasil; Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica; Ensaios de Sociologia Geral e Aplicada; Elementos de Sociologia Teórica; Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento; Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina.

P — Poderia dar-nos, em breves traços, a sua visão dos acontecimentos em Portugal após 25 de Abril?

R — Já escrevi, a respeito, um artigo que foi publicado por Portugal Democrático (N.º 186, Maio de 1974). O importante, no momento, já não é mais o "25 de Abril", mas a consolidação do regime democrático em Portugal. Há uma revolução democrática em marcha, por sua vez seriamente ameaçada por um processo concomitante de contrarrevolução direita e fascista.

Não estou suficientemente informado para fazer a análise sociológica desses dois processos e de sua relação política. O que ocorreu a 28 de setembro mostra que o Movimento das Forças Armadas conta com forte apoio popular e está preparado para defender com firmeza a transição para uma democracia burguesa. A contrarrevolução sofreu um sério revés, do ponto de vista político mais sério ainda que o seu deslocamento do controle do aparelho do Estado a 25 de abril. Isso porque o episódio demonstra que as massas populares se colocaram na linha de frente do combate à contrarrevolução, fortalecendo o Movimento das Forças Armadas e o Governo Provisório, definindo o processo político acima da "militarização" pura e simples das estruturas e funções do regime vigente, e impregnando a revolução democrática de profundo sentido populista.

Não obstante, mantenho-me apreensivo. Depois de quase meio século do mais tirânico regime ditatorial, a sociedade portuguesa foi totalmente minada pelo mais reacionário e obscurantista poder conservador. Se as balizas da autodefesa contra a contrarrevolução não ultrapassarem os interesses de classes da burguesia e de seus aliados externos, será muito difícil salvar a revolução democrática das forças que a ameaçam.

P — Quais os elementos essenciais do atual processo social português, seu peso relativo e em que sentido podem influir sobre o mesmo processo?

R — O meu conhecimento da si-

tuação portuguesa não me permite dar uma resposta frontal a essa pergunta. O que sei — pela leitura de jornais e de revistas ou através de alguns informantes idôneos — permite inferir que o grosso das forças sociais, que animam e orientam o processo de revolução democrática, encontra seu ponto de equilíbrio político na instauração de uma democracia burguesa. Isso significa que socialistas e comunistas adaptam-se à situação limitando o campo de conflito de classes, procurando impedir que a desagregação do regime fascista anterior se converta no ponto de partida da destruição da própria ordem social competitiva, ou seja, do sistema de produção capitalista, da sociedade de classes e da dominação burguesa.

Não me compete julgar se essa estratégia de luta de classes é "correta" ou "incorreta", se ela é ou não a "única saída possível" (ou, simplesmente, o "caminho viável"), etc. Trata-se, para mim, de um fato — um fato duro, mas que precisa ser entendido objetivamente. Os socialistas e comunistas frearam, sem dúvida, a revolução democrática. Porém, fizeram-no muito menos porque não quiseram ir mais longe; fizeram-no no intuito de desarmar a contrarrevolução, para tirar dela uma parte do poder real que continua intocado e intocável nas mãos da reação.

Por aí se tem uma perspectiva pouco otimista da realidade. As forças efetivamente revolucionárias e que deveriam ser as mais revolucionárias não se aventuraram, não ousam tanto quanto podiam. Elas firmaram o seu campo de batalha intramuros, no seio mesmo da ordem burguesa e dos interesses de classes essenciais para a sua continuidade ou o seu fortalecimento. Elas contentam-se, em suma, com o espaço político que poderão conquistar graças à instauração de uma autêntica democracia burguesa. Isso converte a vitalidade libertadora do Movimento das Forças Armadas e a via eleitoral nos fatores de dinamização da revolução democrática, nos elementos que deve-

ram definir, politicamente, os limites e o alcance do radicalismo burguês e seus reflexos positivos sobre a reforma institucional.

No entanto, essas mesmas forças se empenham diretamente na luta sem tréguas contra a contrarrevolução e se organizam para o combate eleitoral. Isso não é pouco. Não só porque assim se marca a presença permanente e atuante de socialistas e comunistas a partir de dentro da revolução democrática, o que tira dela um caráter exclusivamente burguês e o entrave conservador. Mas, ainda, porque essa presença implica na mobilização da maioria para ambas as coisas — a luta sem tréguas contra a contrarrevolução e o combate eleitoral. Portanto, através dos socialistas e comunistas a revolução democrática se faz "dentro da ordem existente", mas, ao mesmo tempo, a transcende, porque supõe a ativação política da maioria. A maioria é chamada a tomar posição, a participar, a enfrentar a contrarrevolução: ela acabará dizendo o que deverá ser a sociedade portuguesa depois desse período de mobilização política e de espera.

Desse ângulo, socialistas e comunistas preenchem uma função mediadora na revolução democrática, engrenando um ao outro os seus dois polos, que são o Movimento das Forças Armadas e as massas populares. A sugestão infiltração "esquerdista" no Movimento das Forças Armadas possui, a curto e a longo prazo, pequena importância diante do comprometimento da maioria à cena política como força histórica — econômica, social e politicamente atuante. Preservando-se essa condição, as duas grandes questões agora dizem respeito: 1.º) à sensibilidade que as classes trabalhadoras revelarem às suas tarefas, tanto na consolidação, quanto no aprofundamento da revolução democrática; 2.º) ao espaço político que daí resultar para a atuação política organizada de socialistas e comunistas como e enquanto tais.

Se a presença da maioria for travada e absorvida politicamente pela minoria, como ocorre com frequência sob a democracia burguesa, então a persistência da revolução democrática passará a depender, diretamente, da continuidade do Movimento das Forças Armadas e de sua identificação nacionalista. Nesse caso, só esse movimento poderia impedir o refluxo da contrarrevolução "dentro da ordem existente", o que converteria o regime republicano em uma espécie de salazarismo mitigado (como é típico da dominação burguesa e da ordem constitucional nos países capitalistas sub-desenvolvidos). Mas, aí, haveria pouca margem para grandes esperanças. Pois é sabido que, até hoje, os vários "regimes autoritários" militaristas, mesmo quando são populistas e abertamente anti-imperialistas, se abstiveram de levar a revolução democrática às últimas consequências, servindo de elo à transferência do poder real à maioria.

P — Certos órgãos de informação procuraram difundir na opinião pública internacional, acerca de Portugal, a imagem de um país à beira do caos. Fizeram, por exemplo, comparações entre a situação em Portugal e a do Chile no final do governo Allende, estabelecendo semelhanças que, a nosso ver, exprimiam mais que opiniões, uma esperança e um mal disfarçado desejo de certos meios reacionários. O que, na sua opinião, há de comum e de diferente entre as duas situações?

R — Essa é uma pergunta cômoda, pois ela contém a própria resposta. E eu concordo com esta, pois o que se pretende, a todo custo, é restabelecer o status quo ante. Tanto a chamada "maioria silenciosa", quanto os seus parcelos "democráticos" do exterior, pretendiam acelerar a contrarrevolução, levando-a até um ponto no qual a "salvação da ordem" iria depender da instauração de algum novo tipo de fascismo.

Todo sociólogo desconfia de paralelismos superficiais. E, a meu ver, não há paralelo entre o que ocorreu no Chile e o que está acontecendo em Portugal. A transição para um

governo socialista, no Chile, nasceu de uma democracia burguesa consolidada; a revolução democrática, em Portugal, por enquanto apenas se propôs a transição para a democracia burguesa. Portugal ainda não atingiu o limiar histórico do qual partiu a malograda "experiência chilena".

Restaria saber se os caminhos da contrarrevolução seriam análogos nos dois países, apesar de tudo. A contrarrevolução — como a revolução — tem a sua lógica militar e política. E ela impõe processos e consequências que são repetitivos.

Ainda aí penso que as semelhanças só começarão a aparecer se houver descuido das forças revolucionárias: se estas entenderem mal o seu dever e as suas tarefas, abrindo espaço político para as conspirações reacionárias e cedendo oportunidade histórica à contrarrevolução. Nesse caso, o que se pode prever é que Portugal seria uma presa mais frágil. Recém saído das trevas salazaristas, nele os bastiões da reação são muito mais fortes e a viabilidade da contrarrevolução muito mais simples. E o "banho de sangue" chileno seria pouca coisa, em comparação com o que se veria suceder em Portugal, com uma tradição de "pídes" e de institucionalização da violência estatal que mal começam a ser desmanteladas.

Os analistas tendem a representar tal evolução como improvável. E se fundam em duas coisas: 1.º) na natureza do envolvimento do Movimento das Forças Armadas no processo de revolução democrática; 2.º) na qualidade da eclosão popular, que se seguiu automática mas incontrolavelmente ao levante militar. De fato, ambos os pontos são cruciais. As forças armadas estão envolvidas em um processo de cujo malogro resultaria a destruição não só do que há de melhor na oficialidade — mas da maior parte da oficialidade jovem. Ao contrário do que ocorreu no Chile, mantidas as premissas da revolução democrática, as forças armadas são naturalmente jogadas contra a contrarrevolução. Doutra lado, a eclosão popular criou uma realidade política que conferiu calibre revolucionário ao levante militar. A base populista não resulta de um compromisso entre elite e povo, porém de um engolfamento dos militares revoltosos pela maioria da população. Se os militares tinham uma causa "sua", a eclosão popular alterou a dialética do movimento armado, repondo o Povo, as massas populares e as classes trabalhadoras no centro do drama. Mesmo que o pretendessem, seria difícil aos militares no poder voltar as costas a esta realidade determinante.

Ai está, ao que parece, a força e a ambiguidade da situação portuguesa. Muito mais que em qualquer outra evolução política paralela, o militar ficou automaticamente no núcleo do movimento revolucionário e de destruição da contrarrevolução. Há militares reacionários, conspirando em aliança com a contrarrevolução. Eles estão, porém, despojados do controle dos aparelhos de repressão do Estado e estão marcados. Se não são impotentes, transformá-los no braço armado da reação não é fácil. Ao mesmo tempo, porém, essa condição vantajosa e auspiciosa é uma fonte de debilidade da revolução democrática, porque nela reside a neutralização do movimento socialista e comunista como força antiburguesa, anticapitalista e anti-imperialista. A unidade do movimento militar passa pela "ordem existente": ele pode desafiar o fascismo e quiçá destruí-lo; não pode, contudo, oscilar por si mesmo da democracia burguesa para a democracia operária. As etapas se fixam, historicamente, limitando o eixo econômico, social e político da revolução democrática. Para transcender à presente situação, seria necessário que o atual ciclo revolucionário gerasse no futuro próximo, graças à pressão das massas populares, das classes trabalhadoras e dos partidos de esquerda, um novo processo, que fosse além da democracia burguesa.

Soeiro Pereira Gomes e o mundo da infância

por Adolfo Casais Monteiro

Soeiro Pereira Gomes, grande escritor, falecido apenas com 39 anos, deixou, além do exemplo da sua vida de combatente, uma obra muito reduzida, de que se destaca o romance "Esteiros". Aliás, outro romance, "Engrenagem", foi já publicado postumamente (e sem ter a última revisão do autor), assim como o livro de crônicas "Refúgio Perdido". As homenagens que estão agora a ser-lhe prestadas, associamo-nos hoje publicando sobre ele um artigo de outro nome prestigioso de escritor e democrata, que no exílio havia de morrer: Adolfo Casais Monteiro. Este seu artigo foi escrito em Janeiro 1950 e encontra-se incluído no seu livro de ensaios, editado no Brasil, "O Romance e Seus Problemas".

Entre os romancistas que se revelaram por volta de 1940, Joaquim Soeiro Pereira Gomes, embora tendo publicado um único livro, alcançou desde logo uma posição de relevo. O seu romance foi recebido pela crítica de todas as tendências com o maior aplauso. Isto se deve, sem dúvida, a ser *Esteiros* (embora um ou outro crítico o tenha considerado "tendencioso", arguindo que a "intenção social" teria levado Pereira Gomes a carregar excessivamente as cores) uma obra que se impõe pela "veracidade", ao mesmo tempo que pela poesia, dos sucessivos quadros em que nos apresenta essas inesquecíveis figuras de crianças miseráveis, o pessoal mártir dos "esteiros" da margem do Tejo, na época do ano, em que se fabrica o tijolo; mártires também, durante o resto do ano, em que nem o sofrimento do trabalho bárbaro os ajuda a subsistir, condenados à vagabundagem e à fome.

Esses garotos miseráveis, cuja amarga existência constitui o tema central do romance, deram a Pereira Gomes a oportunidade de se destacar de entre todos os escritores da mesma geração e de tendência idêntica; porque, melhor que nenhum, ele soube compreender as suas personagens; porque, como nenhum, os soube amar. E nesta última palavra está o segredo verdadeiro do seu êxito. Só se fala bem daquilo que se ama — mas que se ama do coração, e não apenas com a cabeça. Se Pereira Gomes tivesse visto nos seus rapazinhos apenas as vítimas da injustiça, e um resultado das desigualdades sociais, da exploração da miséria, o seu livro poderia ser justo, mas não seria a obra humana que nos deixou, e os seus *Saguís*, os seus *Maquinetas*, os seus *Ginetos* também não teriam chegado ao nosso coração.

Porque o nosso coração está sempre em jogo, quando se trata de literatura — e é da comoção que passamos à compreensão. Quase todos nós, que não conhecemos os garotos dos "esteiros", sentimos, contudo, ao ler a obra de Pereira Gomes, que essa íntima parcela de humanidade que ele pôs a viver no seu romance não é um produto da sua fantasia, embora nenhum deles corresponda exa-



Soeiro Pereira Gomes

tamente, porventura, aos *Saguís*, *Maquinetas* e *Ginetos* que iríamos encontrar em Alhandra, onde ele os conheceu e sofreu por eles. Podem não ser "tal qual" nenhum dos garotos esfomeados e rebeldes dos "esteiros", mas o essencial humano de cada um o romancista soube pressenti-lo, acolhê-lo, aquecê-lo ao seu próprio calor humano, e ele veio quase sem o autor dar conta habitar nas páginas de *Esteiros*.

Amor e compreensão, disse eu. Quero acrescentar: solidariedade, e qualquer das três formas de participação me parece inseparável de todas as outras. Pois como os teria compreendido se, vivendo num mundo tão diferente, uma força não o impelisse irresistivelmente para junto deles, tornando-lhe então possível compreendê-los? Com todo o talento, Pereira Gomes teria falhado, caso não se tivessem juntado nele estas três virtualidades, pois que, nunca será de mais dizê-lo, o seu tema era o mais arriscado de quantos poderiam tentar um romancista. Pois não sabemos como são raros os romances em que as crianças nos aparecem com autenticidade, e não sabemos ainda que, quase sempre, se trata de evocar a infância do próprio autor, e de qualquer maneira de utilizar a própria experiência? Não é este o caso da *Infância*, de Tolstói, de *O Verde Henrique*, de Gotfried Keller, de *Menino de Engenho*, de Lins do Rego, de *A Minha Vida em Criança*, de Gorki?

No fundo, os caminhos do talento são incompreensíveis. Tentar explicar de mais é sempre um logro, mas ao qual muitos não resistem — e é uma tentação bem humana! Porque triunfou Pereira Gomes, com um tema mais difícil, e com menos experiência literária até, ao mesmo tempo que outros, com as mesmas intenções e a mesma boa vontade, adotando os mesmos pontos de vista sociais e literários que o orientaram a ele, nunca alcançaram triunfo semelhante? Mas, sem querer ir longe de mais nesta tentativa de interpretação, usarei dizer que o segredo, neste ponto em que já não se trata das virtualidades do homem, mas sobretudo do talento do escritor, usarei dizer que o segredo está na inocência, na total entrega do artista ao tema que escolheu — ou ao tema pelo qual ele foi escolhido? Porque Pereira Gomes, se, socialmente, estava muito longe dos seus vagabundos e miseráveis, estava perto deles, bastava-lhe abrir os olhos, como abriu, para ver essas misérias e outras muitas à sua volta. Quero eu dizer que não fez expedições para "colher material", não andou a escolher um tema com as características convenientes para levar a cabo a sua intenção de fazer "arte social". Porque o amor não se impõe, tão-pouco a nós próprios como aos outros. Aconteceu porém a Pereira Gomes que o amor e as intenções puderam conciliar-se num tema que a ambos satisfazia, e assim ele pôde

ter, perante o quadro que se propôs para o seu romance, essa inocência de que falei acima, essa liberdade de, sendo fiel ao que pensava quando aspirava a fazer uma arte de "classe", não deixar de ser ele próprio e de falar do que lhe era "querido".

Embora *Esteiros* seja um romance bem construído, um romance equilibrado, sem excrescências nem vazios, uma outra virtude avulta acima desta (embora, é bom notá-lo, já isso seja bem raro no romance português); essa outra virtude vem a ser a *qualidade* das suas personagens, isto é, essa já referida fusão de verdade e poesia que faz delas seres presentes, comovedoramente presentes, a cada leitor. "Le coeur a ses raisons que la raison ne connaît pas" é uma destas verdades essenciais que os homens não mais têm direito de esquecer, de tal maneira o aforismo de Pascal sintetiza um ponto crucial do nosso comportamento psicológico; ora creio bem que as "razões do coração" pesaram mais que nenhuma outras na atitude de Pereira Gomes para com os seus pequenos heróis — e que pesa mais nos seus leitores a comoção perante a sua "existência" do que a indignação perante a injustiça de que são vítimas.

Ter-me-ia feito entender? Quero eu acentuar não ser tanta a sua condição de vítimas, mas a própria personalidade de crianças aquilo que tanto e tão profundamente nos toca ao lermos as páginas de *Esteiros*, ao irmos acompanhando a evolução daqueles jovens destinos; é mais fundo do que o seu sofrimento — é a algo mais escuso, mais dificilmente penetrável, que vai (e de que vem) a *dolorosa simpatia* que se estabelece entre o leitor e as personagens: à sua própria essencialidade de crianças, a poesia de que, mau grado a desgraça, a fome, os sofrimentos e as carências de toda a espécie, eles se revelam portadores. Aí me parece estar o âmago da grandeza de *Esteiros*.

"A poesia da infância", eis sem dúvida um lugar comum bem gasto. Mas, como tantos outros, também sob este lugar comum há uma palpitação de vida: o mito da infância, uma das correntes mais vivas de toda a poesia (no mais amplo sentido da palavra), não comporta apenas a saudade por um bem perdido e longínquo, mas a recordação de muitas coisas dolorosas, e sobretudo o fundamental sentimento de "estar desprotegido", de ser indefeso, uma angústia que marca o homem para todo o sempre, embora a esqueça — ou esqueça a sua origem. E há também a "primeira vez" de todas as coisas, que é angústia, ansia e êxtase. Ora Pereira Gomes soube ir tão fundo quanto era possível, e nos mais diversos sentimentos da criança, na redescoberta desse abrir-se à vida pela primeira vez. Por isso os seus miúdos são felizes-infelizes, isto é, integralmente crianças.

Não ignoro haver outros aspectos no romance de Pereira Gomes. Mas, relendo-o agora que ele morreu, to-



Ilustração de Alvaro Cunhal para a 1.ª Edição dos "Esteiros"

dos os outros aspectos me parecem secundários. E, aliás, esse "mundo da infância" é precisamente o que ele não tem em comum com mais ninguém, o domínio que da sua geração também lhe disputou. Aí, vejo-o mais "ele" do que, por exemplo, nas cenas da chela, e ao delinear todas as figuras de "gente grande" que são o pano de fundo sobre o qual se destacam as figuras eleitas do seu coração. Mais "ele" do que ao delinear a paisagem, ao pintar as ruas, os campos e as casas.

Uma última observação: falou-se, creio, na influência dos *Capitães de Areia*, de Jorge Amado, sobre *Esteiros*. Ora a verdade é que ele não leu essa obra senão muito depois de escrito o seu romance — e leu-a, até, por tanto ouvir falar nessa pretensa influência. Mas quem tenha sabido ler *Capitães da Areia* poderá ter visto precisamente as enormes diferenças que há entre o livro do escritor brasileiro e o do português. Pereira Gomes sofreu sobretudo, creio, a influência dos *Judeus Sem Dinheiro*, de Michael Gold. Mas, repare-se bem: foi aí que ele começou a conhecer os seus pequenos heróis? Com Michael Gold, Pereira Gomes teve, talvez, a iluminação de um caminho, dele recebeu muito provavelmente (como bem me parece ter acontecido também ao próprio Jorge Amado) a sugestão de uma técnica, de uma "maneira", mas, sobretudo, uma influência ideológica, embora indireta. Mas, se não encontrou lá as suas personagens, muito menos encontrou o seu estilo. Ora, apesar de uma ou outra debilidade, Pereira Gomes alcançou desde logo um estilo, que não deve a ninguém, um estilo em que há ainda, aqui e ali, ressaibos de mau gosto, quando as imagens não se ajustam, e a palavra "necessária" não aparece, e fica em vez dela uma dessas palavras gastas que traem o escritor. Contudo, eis o que é de um escritor feito:

"Lentamente, levou o pensamento a fixar-se em fatos agradáveis. Reviu-se no fim do primeiro exame, quando o senhor Mesquita dissera ao inspetor: "Há de ir longe este rapaz..." Mas um cão uivou e outros cães imitaram-no. O coxo intermitente dumã rã engulçava a noite. E o pensamento de Gaitinhas fugiu da escola, prendeu-se nas árvores que ensombravam a estrada. Árvores que se partiam pela copa e eram cadáveres no meio da jezíria inundada... "Ah! que se pudesse ao menos assobiar ao medo..."

De quem recebeu Pereira Gomes este estilo? De Michael Gold? Dos modernos russos, que leu também? Não: recebeu-o do seu dom poético, do mesmo dom poético que o fez ir ao encontro do sofrimento humano, a ele, o revoltado, mas com mais amor do que ódio. A sua obra não é um desforço, não traz o ressaibo da vingança. O espírito da justiça não tem ódio — é este o outro segredo da sua superioridade — não só a do escritor, mas também a do homem.

Edward Kennedy visitou Portugal

O senador Edward Kennedy disse, à sua chegada a Lisboa, que se sentia muito orgulhoso por vir a Portugal, não só pela grande contribuição que este País deu ao Mundo como pela coragem com que hoje encara os problemas que defronta, nomeadamente a descolonização, após o Governo ser devolvido ao povo ao fim de tantos anos de separação.

O senador norte-americano, foi recebido pelo Presidente da República, pelo ministro Vitor Alves e pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, e juntou com membros do Governo e secretários-gerais de quatro partidos — P. C. P., P. S., P. P. D. e C. D. S. —, manifestou interesse em conhecer os anseios do povo português quanto à sua nova Constituição e como vão ser garantidos os direitos fundamentais dos cidadãos.

Rigorosas medidas de segurança rodearam a chegada ao aeroporto de Edward Kennedy, que veio acompanhado da irmã, sr.^a Jean Smith, e do seu conselheiro político, Robert Hunter. O seu secretário, James King, chegara já ao nosso país, para preparar a visita, e aguardava-o na Portela de Sacavém. Essas medidas tratavam-se, evidentemente, de precaução rotineira, porquanto, recorde-se, dois irmãos de Edward Kennedy morreram já assassinados. A segurança que rodeava o aeroporto não resultava, aliás, de qualquer receio em relação a Portugal, mas da eventualidade de algum "maluco ou palestino" vir de fora e atentar contra a vida do senador, segundo julgamos saber.

Edward Kennedy foi recebido no aeroporto por Mário Soares e pelo ministro conselheiro da Embaixada dos Estados Unidos, sr. Post, bem como por altos funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros e daquela representação diplomática.

Na sala dos VIP's, o ministro Mário Soares saudou o senador, sublinhando "que é uma grande honra para o Governo Português ter a possibilidade de o receber em Portugal e de lhe dar a possibilidade de contactar com o nosso povo, que é um povo amigo do povo norte-americano".

EDWARD KENNEDY: "Razões de orgulho para visitar Portugal"

O senador Kennedy, ao responder a Mário Soares, disse que vinha a Portugal, primeiro que tudo com o conhecimento "das extraordinárias contribuições que o povo português deu, ao longo da história, à civilização à cultura e ao mundo livre", afirmando-se muito orgulhoso de nos visitar por essa razão.

Sentia-se ainda orgulho por vir disso, "pela grande alegria, que é compartilhada pelo povo americano, proporcionada pela experiência que decorre em Portugal, onde o Governo foi devolvido ao povo, depois de estar deste separado durante tantos anos", bem como pela "forma corajosa com que Portugal tentou resolver um dos mais difíceis problemas que o seu povo enfrenta, isto é, desenvolver passos para devolver os Governos em África aos seus povos, o que exigiu grande coragem e não é feito sem grandes dificuldades". O senador sublinhou que, tendo sido os próprios Estados Unidos uma colónia, esta atuação de Portugal era aí muito respeitada.

Edward Kennedy acrescentou sentir ainda orgulho por vir ao nosso país devido ao fato de se desenvolver aqui o processo que culminará numa Constituição que garanta os direitos fundamentais do povo português, lembrando que nos Estados Unidos, que celebram o seu segundo centenário, duzentos anos de Governo pela constituição e Direito Constitucional, essa lei fundamental é agora repensada, de modo a garantir plenos direitos para muitos outros americanos.

"É interessante para mim vir agora a Portugal, falar com os seus dirigentes e com o povo e tomar conhecimento dos seus próprios anseios sobre a Constituição neste grande País, saber as idéias que estão a ter sobre este processo e como se pretende garantir os direitos do povo", sublinhou.

Finalmente, o senador Kennedy disse que tinha outra razão para se orgulhar de



Edward Kennedy no aeroporto cumprimentando populares



Edward Kennedy tomando café no Rossio

nos visitar: o fato de no seu próprio Estado, Massachusetts, viverem muitos portugueses e descendentes de portugueses, que são mais numerosos que qualquer outro grupo nacional e mantêm uma afeição real pelo seu país o orgulho pela sua cultura e as suas tradições. Esses portugueses — disse Kennedy — têm desenvolvido uma grande ação naquele Estado, nas mais variadas atividades, e têm um grande interesse pelo que aqui se passa, tendo pedido ao senador que visitasse Portugal e lhes contasse, no regresso, o que aqui vira e soubera.

Edward Kennedy agradeceu, por fim, a hospitalidade que aqui lhe foi concedida pelo Presidente da República, Primeiro-Ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros além de outras individualidades oficiais, e a forma como foi recebido.

A saída do edifício, uma pequena multidão aguardava o senador, que se dirigiu às pessoas, cumprimentando-as e falando com elas, tendo chamado a irmã para que esta partilhasse com ele aquele momento. Este informal encontro prosseguiu por uns minutos, após o que se dirigiu para o hotel onde ficou instalado, durante a visita.

Encontro com o Presidente Costa Gomes

Pouco tempo depois, o senador Kennedy dirigiu-se ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, onde se encontrou com Mário Soares, durante cerca de uma hora. Mais tarde, foi recebido pelo general Costa Gomes, com quem se demorou igual lapso de tempo, e pelo ministro sem pasta Vitor Alves, que o recebeu em S. Bento, na ausência do primeiro-ministro.

Edward Kennedy e a irmã passaram, depois, por uma conhecida pastelaria do Rossio, onde tomaram café, antes de se dirigirem para a residência do embaixador dos Estados Unidos em Lisboa, tendo sido recebido pelo general Costa Gomes, e homenageado com uma recepção.

Kennedy sublinha a coragem dos que lutaram contra o fascismo

No decorrer da recepção, Edward Kennedy fez uma breve alocução em que sublinhou a coragem dos democratas que lutaram contra o regime anterior, "alguns dos quais se encontram nesta sala", manifestando igualmente a sua sa-

tisfação por se encontrar em Portugal e referindo, uma vez mais, o interesse que dedicava às idéias de dirigentes portugueses sobre o processo democrático e a futura Constituição do país.

Numerosos membros do Governo do Conselho de Estado, das Forças Armadas e individualidades ligadas à vida política e cultural estiveram presentes na recepção, destacando-se o ministro sem pasta Alvaro Cunhal, os ministros Mário Soares, Almeida Santos, Salgado Zenha, Rui Vilar, Costa Martins e Maria de Lourdes Pintassilgo, diversos secretários de Estado, altos funcionários governamentais e os secretários-gerais do P. P. D., Sá Carneiro, e do C. D. S., Freitas do Amaral, além de representantes do M. E. S. e da SEDES.

Jantar "sem protocolo" Sessão da Pró-Unep

À noite, o ministro dos Negócios Estrangeiros ofereceu um jantar a Edward Kennedy, na "Taverna do Embuçado" enquanto a irmã do senador e outras senhoras jantavam no "Faia", que se caracterizou pelo espírito informal e "pouco protocolar" tendo o visitante aproveitado a oportunidade para se informar de mais alguns aspectos da vida política portuguesa atual.

Participaram, além de Mário Soares e do embaixador Nash Scott, os ministros sem pasta Alvaro Cunhal e Vitor Alves, os ministros da Coordenação Interterritorial, Almeida Santos; da Administração Interna, Costa Brás; da Justiça, Salgado Zenha; das Finanças, Silva Lopes; da Economia, Rui Vilar; o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Jorge Campinos; o brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho, o prof. Henrique de Barros e o dr. Azeredo Perdigão; os secretários-gerais do P. P. D. e do C. D. S., o eng. Tito de Moraes e o dr. Sottomayor Cardia, do P. S., elementos da comitiva de Edward Kennedy e altos funcionários da embaixada dos Estados Unidos e do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Durante o jantar, foram trocados brindes, tendo o ministro Mário Soares evocado a tradição democrática da família Kennedy, que fez história nos Estados Unidos, assinalando que, durante os anos negros do fascismo, o senador sempre se manifestou contra o regime anterior e contra a guerra colonial, pelo que era com a maior satisfação que o recebia agora em Lisboa.

Edward Kennedy, por seu turno, disse da sua satisfação em visitar o nosso país e manifestou a sua confiança na instituição da democracia em Portugal, para que o povo pudesse escolher o regime que considerasse mais significativo para o seu futuro.

Já no final do jantar, e após breves atuações de Vicente da Camara, que cantou dois fados, do brasileiro Wilson, que interpretou música do seu país, e de variações à guitarra e à viola, por Vicente da Camara, José Pracana e Carlos Damaia, os ministros Costa Brás e Almeida Santos "tomaram posse", respectivamente, de uma viola e de uma guitarra.

O encontro tornou-se, então, bastante informal, com aqueles dois membros do Governo a interpretarem, primeiro, algumas variações e, depois, "Grandola, Vila Morena", que foi cantada em coro pelos comensais. Finalmente, um fado de Coimbra, que o brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho cantou. Um pouco mais tarde, os convidados começaram a sair, dirigindo-se então o senador Kennedy para o "Faia", para se encontrar com a irmã.

Programa

No programa não oficial da visita de Kennedy houve um encontro, no "Expresso", com jornalistas e individualidades ligadas aos meios políticos.

O senador Kennedy foi já dentro do programa oficial, à Fundação Calouste Gulbenkian, onde proferiu uma conferência sobre "O futuro de Portugal e dos E.U.A.". Em seguida fez uma conferência de Imprensa, no Centro Cultural Americano, partindo de Lisboa cerca de três horas depois.

Uma conferência um testemunho uma reflexão

A convite da 5.^a Divisão do AMGFA, o Capitão João Sarmiento Pimentel, herói da 1.^a República, proferiu nos Altos Estudos de Defesa Nacional, uma conferência subordinada ao tema "Os Portugueses no Brasil Contemporâneo". Estiveram presentes, além de numerosos oficiais dos Três Ramos, o Alm. Pinheiro de Azevedo membro da JSN e o ministro major Vitor Alves.

O objetivo mais profundo desta sessão foi no entanto o de homenagear, na pessoa do capitão Sarmiento Pimentel os militares revolucionários do 5 de Outubro de 1910 e todos aqueles que continuaram lutando pelo ideal democrático durante e para além do regime republicano interrompido 16 anos depois.

Encontra-se felizmente ainda vivo — com os seus lúcidos e desempenados 86 anos — alguém que como o Capitão Sarmiento Pimentel personifica de maneira exemplar a geração dos cadetes de 1910 e dá testemunho histórico de uma longa vida de coerência e de fidelidade aos ideais da sua juventude. Entendemos oportuno e de interesse — para estímulo de reflexão analógica — relançar aqui alguns dados biográficos do Capitão Sarmiento Pimentel.

Pertence a uma família transmontana que remonta a sua linhagem à 1.^a dinastia, herdou o desprendimento, a altivez e a exigência moral para consigo próprio que caracterizam os grupos humanos onde o culto pela liberdade e pela independência se sobrepõem a todos os outros valores.

A sua passagem pela Universidade de Coimbra — agitada por intensa crise académica que apenas refletia a crise da sociedade portuguesa de então — revelou ao seu espírito de patriota que o regime republicano era o que de melhor correspondia aos interesses do povo português naquele momento histórico.

Na Escola do Exército também a propaganda republicana criara adeptos, apesar da grande massa dos cadetes ser oriunda de famílias tradicionais fidalgas, ou da grande burguesia dos negócios.

... na manhã do dia 4 (out. 1910) depois de um resto de noite sem pregar olho, suando de aflição e receio, metido na cama vestido, sai da Escola a pretexto de ir obter informações dos acontecimentos... assim conta o próprio Pimentel, como arrancou para se juntar aos militares e civis que guarneciam o quadro da Rotunda, cuja ação foi decisiva para a vitória da revolução.

Rebenta a 1.^a Guerra Mundial (1914-1918). Os oficiais republicanos voluntarizam-se na totalidade. Sarmiento Pimentel parte para Angola onde pelo sul os alemães se infiltravam e sublevavam diversas tribos. Em África ficam sepultados muitos dos mais idealistas. Sarmiento Pimentel escapou, apesar dos ferimentos sofridos, e lá fez jus à primeira torre e Espada, Valor Militar, etc.

Restabelecido, volta a oferecer-se desta vez para a Flandres, onde acrescenta novos galardões.

Em janeiro de 1919 estava no Porto comandando o Esquadrão da Guarda quando da invasão das forças monárquicas. Salta da cama, onde quase agonizara com pneumonia, para lhes liquidar as últimas veleidades. Na altura com 30 anos, dispunha do rigoroso soldo de capitão, escasso como agora, ingressa na vida civil, também em atividades de vanguarda: indústria de cimento; cofundador da "Seara Nova", etc.

Logo que em 28 de Maio de 1926 se instalou no país a ditadura militar, foi Sarmiento Pimentel contactado para com o seu enorme prestígio dinamizar os preparativos da Proclamação Revolucionária de 3 de Fevereiro de 1927.

A descoordenação do levantamento — dia 3 no Porto dia 7 em

Lisboa — resultou na sua derrota. Sarmiento Pimentel evade-se de Portugal pela fronteira norte e exila-se no Brasil. Ainda volta à Europa em 1931 para se integrar na revolta que então eclodiu em Lisboa.

Depois... são 46 anos no Brasil, roído de saudade da sua Pátria, atento e participante em todas as tentativas anti-fascistas, líder dos democratas portugueses exilados, comunicando-lhes a sua fé e entusiasmo, jurando a si próprio que voltaria a ver a República restaurada.

Fazemos votos para que esta breve resenha biográfica conduza os camaradas à leitura das "Memórias do Capitão" que no dizer do seu prefaciador (Jorge de Sena) são, "obra rara da literatura portuguesa"... "lição de coragem" que "se voltar a haver qualquer coisa parecida como Educação Cívica, trechos delas serão lidos nas escolas como exemplo de integridade, destemor e apaixonada dedicação pela Pátria e Pela Vida". Por aquela Vida que João Pimentel legou à sua e nossa Pátria, e, em especial, como ele próprio dedica: "Aos que nesta luta secular pela Liberdade foram perseguidos, torturados, mortos pela crueldade daqueles que venderam a alma ao Diabo para impunemente poderem calar quanto Portugal possuía de fisionomia própria, patrimônio moral e histórico, nobreza de caráter, fraternidade, beleza e graça dum amor que é coração e saudade."

A quantos andaram na triste PEREGRINAÇÃO do exílio, ou da cadeia, ou dos campos de concentração e, como meu irmão Francisco e o pobre de mim, nunca perderam a esperança do regresso à terra de seus maiores para com ânimo forte e espírito de concórdia, ajudarem a restaurar a República"

"Movimento", Boletim Informativo das Forças Armadas n.º 3 — 25 de Outubro de 1974

Não ao Supersônico

Os objetivos a serem alcançados no setor de Transportes e Telecomunicações foram redefinidos pelo novo governo português. De acordo com o Ministério do Equipamento Social e Ambiente (MESA) recém-criado, estes objetivos podem ser sintetizados assim: "ataque aos problemas setoriais mais prementes em função do seu impacto econômico-social (grifos nossos); reorganização dos serviços com vista a maior produtividade; criação de novos postos de trabalho e redução do consumo de combustíveis derivados do petróleo".

Assim, dentro do quadro geral acima descrito, coloca-se a questão do novo aeroporto de Lisboa, o famoso Aeroporto Supersônico. Trata-se do tipo de obra característica do antigo regime: faraônica e beneficiando mais o estrangeiro (o turista) do que as grandes massas do povo português propriamente dito. Por isso, o plano de atividades do MESA afirma que "A construção do novo aeroporto de Lisboa constitui, sem dúvida, o ponto mais controverso da política aeroportuária nacional. Com efeito, considera-se que devem por-se em causa as decisões tomadas neste domínio pelo anterior regime".

Entretanto, várias questões terão ainda de ser reestudadas antes que seja tomada uma resolução definitiva. Estão em causa: 1) a localização do novo aeroporto; 2) a evolução do tráfego aéreo; 3) o dimensionamento da obra; 4) a área das desapropriações a efetuar; 5) a criação da chamada "comunidade do aeroporto" e 6) as ligações terrestres a Lisboa.

Contudo, o ponto principal a ser rediscutido ainda não é nenhum desses: é a questão da oportunidade no presente momento da vida portuguesa. Com efeito, esta é duvidosa devido às necessidades de mobilização de elevados recursos financeiros em setores mais prioritários. No momento,

o mais provável é que o grupo de estudo do Novo Aeroporto de Lisboa seja integrado num organismo que tenha por tarefa o planeamento, a concepção e realização das infra-estruturas aeroportuárias, dos sistemas de apoio à navegação aérea e a gestão dos aeroportos de todo o país. Enfim, um órgão de planeamento, execução e gestão em nível nacional.

PEQUENOS AEROPORTOS

Em compensação, até o fim do ano deverá estar aprovado um plano de desenvolvimento a longo prazo da rede de pequenos aeroportos, inclusive um novo na Ilha da Madeira. Além disso, serão realizados investimentos na melhoria dos atuais aeroportos de Lisboa, Porto, Faro, Ilhas Adjacentes (Funchal Santa Maria, Ponta Delgada e Horta). Assim, sem obras nababescas para impressionar o turista, modestamente e com os pés no chão a Revolução de Abril avança, procurando atacar e resolver os problemas fundamentais do país.

"Portugal no caminho certo"

Há uma quantidade de atividades em Portugal em que se verificaram grandes mudanças, na direção correta, declarou-nos o sr. Munier Benjenk, vice-presidente do Banco Mundial após a reunião que teve com os representantes da Intersindical. Em todos os setores, prosseguiu, foi estudado um grande número de reformas e todos os ministros com quem contatei falaram-me das reformas e reorganização que necessariamente se têm processado. Muito se tem feito e o País está no caminho certo para o estabelecimento de um sistema democrático.

Quando lhe perguntámos se acreditava então na democracia portuguesa declarou simplesmente: sou um economista, por isso não posso responder.

Quisemos também saber se havia um preço político para os eventuais apoios do Banco Mundial ao nosso país, isto é, esse apoio tinha condicionamentos quanto à expressão que viesse a assumir um futuro Governo.

O sr. Munier Benjenk afirmou que não há preço político e que o Banco Mundial trabalha com todos os sistemas políticos.

Temos monarquias, repúblicas, estados socialistas e comunistas. Ajudamos todos os países, em especial os que pretendem o desenvolvimento econômico. E principalmente ajudamos os governos que fazem esforços para elevar o nível de vida das classes mais pobres.

No próximo mês de Janeiro, segundo revelou o sr. Munier Benjenk, virá a Portugal uma importante delegação do Banco Mundial a fim de preparar o terreno para os próximos investimentos do Banco em Portugal, em vários setores.

O programa de trabalho do vice-presidente do Banco Mundial, que veio a Portugal para analisar a situação do País e as condições em que aquela instituição internacional poderia colaborar no financiamento de diversos projetos que o Governo pretende empreender, concluiu-se coma visita feita ao primeiro-ministro brigadeiro Vasco Gonçalves.

Durante estes dias o sr. Munier Benjenk teve contactos com diversos membros do Governo português e individualidades mais representativas de diversos setores económicos. Avistou-se com o ministro do Trabalho, que lhe expôs as linhas gerais em que será estruturado o trabalho em Portugal segundo a perspectiva democrática aberta pelo Movimento do 25 de Abril. Faltava à missão um contacto com a Intersindical que se verificaria a seguir, tendo como interlocutor Avelino Gonçalves, ex-ministro do Trabalho e membro do secretariado da Intersindical, que acerca da entrevista com os representantes do Banco Mundial nos declarou:

Procurámos informar dentro dos nossos conhecimentos. Temos a ideia

de que os estrangeiros estão mal informados e interessa sempre uma informação verdadeira. Supomos no entanto que a delegação vinha já bastante informada. Faltar-lhes-ia verificar quais as perspectivas que a Intersindical tinha. Claro que o Banco não negocia com a Intersindical mas sim com o Governo. Parece-nos, entretanto, que os interesses do nosso povo passam pela prática de informações verdadeiras e é um procedimento normal colher estas informações.

Avelino Gonçalves disse ainda que os representantes da Intersindical tiveram oportunidade de ouvir da parte da delegação que o Banco Mundial só concede empréstimos quando sabe que há condições de bom aproveitamento deles. Nos últimos anos, em consequência da política colonialista e das guerras em que se envolveu o regime fascista, tinha-se negado a conceder empréstimos a Portugal.

AUGUSTO VILELA
D. Lisboa

"Portugal Democrático"

Dentro de alguns meses "Portugal Democrático" deverá completar vinte anos de existência. Com tristeza confessamos não ter certeza se isto acontecerá.

Foram vinte anos de lutas cheias de dificuldades próprias de quem tinha por suporte, não quaisquer favores e subvenções dos organismos do Estado, mas as precariedades inerentes, próprias a quem cumpre um dever de consciência patriótica que nunca capitulou, combatendo o fascismo e o colonialismo, não cedendo jamais, nem ao isolacionismo ao qual estivemos votados, nem às mil e uma carências que estiveram apostadas em nos derrotar. Poder-se-ia dizer, sem receios de errar, que "Portugal Democrático" sobreviveu de teimoso. Para isso, demos o nosso trabalho, depois do nosso trabalho para a subsistência da família, demos o dinheiro do nosso bolso que nos fazia falta, e assim, denunciámos, durante quase duas décadas, com a ajuda generosa, e patriótica também, de alguns amigos e correligionários — que nos enviavam de quando em vez pacotes de dinheiro, — em condições as mais dramáticas e adversas — o regime de opressão e obscurantismo até à data da revolução de 25 de abril. Fizemo-lo sempre com a responsabilidade de quem sabia o que fazia e de como o fazia, sem nunca esquecer também os riscos que correm todos aqueles que lutam pela liberdade em seu país.

Entretanto essa fase de "Portugal Democrático", e essa sua missão, terminou. Com o advento de um regime democrático em Portugal, o nosso jornal tem agora outra tarefa a cumprir. Esclarecer no Exterior, com verdade, a opinião pública e, particularmente, a emigração portuguesa, sobre o que de novo e de progressista se está passando em nossa terra, transcrevendo para tanto, o noticiário dos jornais portugueses e desta forma desmistificando as informações falaciosas e conspirativas dos inimigos da Democracia e de Portugal.

Entretanto nesta sua segunda fase de publicação, de mensário para semanário, "Portugal Democrático", igualmente sem favores nem ajudas de ninguém, precisa, desta feita, mais do que nunca, da solidariedade dos seus amigos e leitores, sem a qual a sua sobrevivência estará seriamente ameaçada. O que pedimos é simplesmente modesto: assinem e divulguem "Portugal Democrático", que o levem ao conhecimento de parentes e outros amigos seus, numa campanha de assinaturas que, a par da sua procura nas bancas e com algumas inserções de anúncios, poderá continuar o que agora lhe cabe informar e esclarecer sobre a nova situação e a nova vida em nosso país. Sem essa solidariedade se tornará impossível. "Portugal Democrático" é agora um semanário, e as despesas resultantes deste tipo de publicação com cerca de 15.000 exemplares de tiragem distribuídos em todo o território brasileiro, são de tal monta, que não vemos capacidade de resistência a tais compromissos, a médio prazo, se não for a habitual compreensão e generosidade dos amigos. Aqui registamos o urgente apelo.

As armas podem abafar mas não alteram o pensamento

O Presidente da República em declarações incluídas na curta metragem de Alfredo Tropa "O Porque de Uma Revolução", transmitida pela RTP, fez a crítica política colonial do anterior regime, cujos governantes não tinham "capacidade para compreender que iam empenhar as Forças Armadas numa luta sem glória, numa luta sem solução, porque as armas podem abafar mas não alteram as correntes do pensamento".

O programa integrou-se na campanha de esclarecimento nacional do Movimento das Forças Armadas, e foi o primeiro deste tipo a surgir na RTP.

Disse o general Costa Gomes: Quando tive oportunidade, em conversa, em reuniões, em documentos, afirmei claramente que o nosso problema africano exigia uma solução política. Haveria que considerar a vontade dos povos locais interessados e os legítimos anseios dos respectivos "leaders". Esta solução exigia uma mentalidade democrática, indispensável para a rigidez autocrática do regime dessa época. Os governantes não tinham, portanto, capacidade para compreender que iam empenhar as Forças Armadas numa luta sem glória prosseguindo num objetivo injusto, numa luta sem solução, porque as armas podem abafar mas não alteram as correntes de pensamento.

A decisão de manter a guerra foi cumprida corajosamente pelos militares portugueses, sempre vivendo a esperança de que no Governo poderia haver um momento de inspiração, e teríamos mantido uma base de partida para a desejada solução política. Não posso precisar se a continuada política do aguentar sem qualquer objetivo positivo foi apenas fruto de desconhecimento e falta de visão, ou se constituiu um expediente de um regime pouco esclarecido. Provocar uma ameaça externa para criar uma fictícia união interna é, como se sabe, um expediente simplista de dirigentes sem imaginação política.

Utilizando filmes do arquivo da RTP, "O Porque de Uma Revolução", o realizador intercalou depoimentos de diversos oficiais que narraram acontecimentos vividos durante a era fascista tendo por fulcro a guerra colonial.

CENTRO DE NEGÓCIOS PAULISTA

"Os bons negócios fazem bons amigos" Técnicos especializados em avaliações, instalações e orientação de estabelecimentos comerciais.
Rua 15 de Novembro, 13 — 3.º andar
Tels.: 36-8784 e 35-8077 — São Paulo



VICTORIO DIONISI
Cópia: heliográficas
xerográficas - eletrográficas - fotocópias - mimeográficas - redução - ampliação
Rua Líbero Badaró, 488 - 8.º andar - B2
Filial: Av. Angélica, 2395 - Loja 1 -
Fone: 256-5141 - São Paulo

DR. EDISON RODRIGUES-CHAVES

Advocacia cível e comercial

Inventários, partilhas e arrolamentos
- Desquites e anulação de casamento
- Naturalização - Protestos e cancelamento de protestos - Contractos, renovação de contratos e ações de despejo - Falências e concordatas.
Rua Boa Vista - 84 - 7.º andar - salas
701 a 704 - Telefone: 34-7064
SÃO PAULO

Darcy Ribeiro na Universidade do Porto

Darcy Ribeiro, figura da ciência internacional e organizador da Universidade de Brasília, antropólogo e sociólogo de nível mundial, encontra-se na cidade do Porto, a colaborar na reestruturação da respectiva Universidade, na hora do arranque para uma civilização popular.

Assembléia consultiva e informativa no exército

Uma assembléia de carácter consultivo e informativo está a ser criada junto do Estado-Maior do Exército, por iniciativa do chefe daquele departamento militar, general Carlos Fábão.

A assembléia será constituída por representantes com lugares cativos, inerentes aos cargos, e por representantes eleitos em todas as regiões militares do País, num total que se prevê exceda a centena de pessoas.

Os lugares cativos serão ocupados, nomeadamente, pelos comandantes das regiões militares e outros oficiais destacados. Quanto aos oficiais eleitos, o seu mandato será conferido por um sistema de eleições prévias, tendo por base as unidades e os estabelecimentos militares das regiões. Assim, e segundo se julga saber, a Região Militar de Lisboa terá 16 representantes naquela assembléia consultiva e informativa.

Quinze mil contos para novas casas

A Câmara Municipal do Porto vai contrair um empréstimo de quinze mil contos, destinado à construção de novas habitações camarárias, a fim de ser resolvido a breve trecho o problema habitacional da cidade, o qual se agrava de dia para dia, não obstante a Comissão Administrativa ter em projeto a renovação de várias zonas populosas, o caso do Barredo, da Sé, da Ribeira e mesmo da área de Miragaia.

Naquele empréstimo, a Câmara fica autorizada a consignar aos encargos do empréstimo a receita proveniente dos adicionais às contribuições diretas do Estado.

As restantes cláusulas e condições da operação serão acordadas entre aquele corpo administrativo e a Caixa Geral dos Depósitos.

"República"

LIVRARIA CIÊNCIAS HUMANAS

livros universitários
sociologia, política, filosofia, história, etc.
Atende-se pelo reembolso postal
Rua 7 de Abril, 264 — Loja B2
Tel.: 36-9544 — São Paulo



EXPRESSO TUPINAMBÁ LTDA.

SERVIÇOS RÁPIDOS
Transportes em geral para a Capital e todo o Brasil
Rua dos Lilazes, 31 — São Paulo
Fones: 275-6242 e 275-8914

Viticultores dos vinhos verdes

BRAGA — A Associação dos Agricultores do Distrito de Braga enviou ao Presidente da República, primeiro-ministro, ministro da Economia e secretário de Estado da Agricultura telegramas a solicitar a reorganização e autonomia da Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes, a qual se prevê que será integrada na Junta Nacional do Vinho. Argumentam aqueles agricultores que esta integração era uma velha aspiração dos dirigentes do regime deposto e contra esta pretensão levantou-se então toda a região dos vinhos verdes. A dar-se a mencionada integração, os agricultores de Braga levantar-se-ão de novo e democraticamente apresentarão protestos contra tais medidas por as considerarem lesivas dos interesses de uma região demarcada. Reclamam os viticultores da região a reorganização do referido organismo, com toda a sua autonomia e ação fiscalizadora, com os quadros diretivos democraticamente eleitos entre os viticultores da região.

Energia nuclear

Segundo informa em Estocolmo a revista de economia "Veckans Affaerer", uma importante empresa sueca procede atualmente a um estudo sobre a localização da primeira estação de energia nuclear a instalar em Portugal. Um dos dirigentes da companhia Rolf Lindskog, informou que a encomenda desse estudo fora feita por Portugal há cerca de um mês. Acrescenta a mesma revista que Portugal é um dos países atualmente em contato com a Suécia para a instalação de um reator hidráulico ligeiro, de tipo caldeira, de fabrico sueco.

Contratos dos rendeiros rurais

O Governo Provisório, pela Secretaria de Estado da Agricultura, prorrogou o período de discussão pública do projeto de diploma sobre o arrendamento rural, interessando ampla camada de cidadãos. Com efeito, as explorações no setor agrícola em regime de arrendamento são, aproximadamente, de 300 mil.

Entretanto foi dado conhecimento às autoridades oficiais de que se estavam a registar despedimentos de rendeiros, tendo-se adotado um conjunto de medidas para garantir a estabilidade da atividade dos rendeiros, prevenir situações de injustiça social e assegurar o indispensável acréscimo da produção agrícola.

Assim, na sua última reunião, o Conselho de Ministros decidiu que são automaticamente renovados os contratos de arrendamento e sub-arrendamento cuja duração terminava entre 9 de outubro e a data de entrada em vigor da lei de arrendamento em discussão, excetuando-se os casos em que os rendeiros ou sub-rendeiros rescindam o contrato por sua livre vontade, pelo que não podem ser efetuados despedimentos pelos senhorios, por motivo de ter terminado o prazo do arrendamento. Quanto aos contratos, são renovados nas mesmas condições em que vigoravam, não podendo, portanto, ser aumentado o valor da renda.

Além disso, as rendas de todos os contratos de arrendamento e de sub-arrendamento rural não podem ser aumentadas a partir de hoje; são suspensas as ações de despejo, em curso por motivo do termo do prazo de duração do contrato; e é proibida a interposição de ações de despejo por motivo do termo de prazo de duração do contrato, até à publicação da futura lei do arrendamento rural.

"Século"

Angola e Cabinda são inseparáveis

LUANDA — Numa entrevista concedida ao jornal argelino "El Mondjahid", o dr. Agostinho Neto, presidente do M.P.L.A., que se encontra em Argel, declarou que o seu movimento não tem qualquer intenção de negociar com a F.L.E.C. (Frente de Libertação do Enclave de Cabinda), acrescentando que "esse movimento corresponde a uma intenção separatista de Cabinda, quando é certo que este enclave faz parte integrante de Angola".

"A existência da F.L.E.C. não se justifica", frisou o dr. Agostinho Neto, que acentuou:

"O único movimento que combateu e libertou uma parte do território foi o M.P.L.A."

"A F.L.E.C. é um movimento separatista que beneficia do apoio ativo de certos países fronteiriços."

"Este fenómeno é uma criação das potências que tentam aproveitar-se das riquezas de Cabinda, nomeadamente do petróleo."

"Angola e Cabinda não podem ser separadas."

"Ficou combinado com Portugal, quando foi decidida a trégua, que se manteria a integridade do território angolano nas suas fronteiras geograficamente fixas."

"Portugal não pode alterar o texto do acordo assinado."

O dr. Neto indicou ainda que, desde o acordo de 21 de Outubro, tudo tinha mudado em Angola para o M.P.L.A.

"Não podemos abrir delegações em todo o país e realizar a prospecção em grande escala, mas circulamos livremente por toda a parte."

"Vamos iniciar brevemente, negociações com Portugal" — indicou, por fim, o dr. Agostinho Neto, que se declarou "favorável à formação de um Governo de Transição, cuja composição discutirá".

Entretanto o clima de regresso à normalidade consolida-se no enclave, cuja população recebeu com vivo júbilo a notícia de que o M.P.L.A. libertou cinco prisioneiros que detinha há mais de sete meses e que são, o administrador de posto Fernando Manuel de Oliveira; Raul Lopes Rodrigues, ajudante da O.P.V.D.C.; Manuel do Nascimento Barbosa, voluntário da mesma organização; Manuel de Jesus Pita de Agrela, soldado do Exército Português; e o sipaio Luis Situala.

Estas cinco pessoas encontravam-se em Vitinas, no Miconge quando foram surpreendidas e abrisonadas pelos elementos do M.P.L.A.

Segundo anunciou em Genebra um porta-voz da Comissão Internacional da Cruz Vermelha, os prisioneiros portugueses foram entregues ao seu delegado regional para a África Ocidental — que os visitara, em 14 de Maio, quando se encontravam, ainda, em sistema de detenção pelas forças do M.P.L.A.

Século

AVANÇO — LIVRARIA
QUEM NÃO LÊ... MAL FALA,
MAL OUVI, MAL VÊ...
Aberta diariamente até às 22 horas
Rua Aurora, 704 — Fone: 239-0460
SÃO PAULO

MATADOURO AVÍCOLA
SÃO CAETANO
aves vivas e abatidas
atacado e varejo
Rua Baraldi, 491 — Tel.: 442-5010
São Caetano do Sul

SÉCULO XXI

LIVROS
Especializada em livros portugueses
Atende pelo reembolso postal
Rua Santo Amaro, 466 - CEP 01315
Fone: 33-5700 - São Paulo

Campeonato da 1.ª divisão

Depois de uma interrupção de duas semanas pelo motivo do jogo Inglaterra x Portugal, prosseguiu no domingo 24, o Campeonato Nacional da 1.ª Divisão, 10.ª rodada, com os seguintes resultados:

Cuf	0	Benfica	1
Oriental	0	Espinho	0
Sporting	1	Boavista	0
Belenenses	0	Leixões	0
Olhanense	1	Farense	1
Academico	3	Tomar	1
Porto	5	Atlético	0
Guimarães	3	Vit. Setúbal	2

Bons resultados do Benfica e do Porto ao derrotarem respectivamente Cuf e Atlético, o que lhes permitiu continuarem liderando a tabela da classificação. Em 3.º lugar continua o Vit. de Guimarães em razão da sua vitória sobre o seu homônimo de Setúbal, que este ano não vai muito bem, tendo descido na classificação para o 6.º lugar. O Sporting ficou isolado no 4.º lugar ao ganhar do Boa vista por 1x0. Boa vitória do Académico que venceu o Tomar por 3x1.

Os artilheiros do campeonato continuam sendo Yazalde do Sporting com 11 gols, e o brasileiro Geremias, do Guimarães com 10 gols.

Após a 10.ª rodada, a classificação é a seguinte:

1.º — Porto	16 pts.
2.º — Benfica	16 "
3.º — Guimarães	15 "
4.º — Sporting	15 "
5.º — Farense	12 "
6.º — Vit. Setúbal	11 "
7.º — Boavista	11 "
8.º — Belenenses	9 "
9.º — Atlético	9 "
10.º — Espinho	9 "
11.º — Tomar	8 "
12.º — Olhanense	8 "
13.º — Cuf	7 "
14.º — Leixões	7 "
15.º — Oriental	5 "
16.º — Académico	4 "

CAMPEONATO EUROPEU DE FUTEBOL

Inglaterra 0 Portugal 0
Na quarta-feira, dia 20 do corrente, a seleção portuguesa obteve um excelente resultado ao empatar com a seleção inglesa, no Estádio de Wembley, em Londres, conseguindo um ponto precioso, o que estava fora de cogitações dos mestres ingleses, que certamente acreditavam numa vitória fácil do seu selecionado. Grandes exibições de Alves, Otávio, Vitor Martins, Damas e Humberto Coelho.

Agora aos Domingos
Das 11.00 às 12.00 horas "Portugal sem passaporte"
TV Tupi - Canal 6
Rio de Janeiro



VERBO

ULISSEIA



Enciclopédias - Dicionários - História - Ensaio - Ficção - Divulgação Científica - Poesia - Livros de Arte - Arqueologia - Literatura Infantil - Literatura Juvenil
EDITORA VERBO, LIMITADA - Rua Bueno de Andrade, 480-484
Tel.: 278-0444 - São Paulo



JUVENTUDE TEM A PALAVRA

Alves, Romeu e Otávio, três jovens com os quais a seleção portuguesa conta para melhorar o seu rendimento nos futuros jogos do Campeonato Europeu.

Esporte para todos

Esporte para todos

O diretor-geral dos Desportos reuniu-se com os representantes dos órgãos de Informação a quem apresentou a planificação do que irá ser (ou já começou a ser) o Encontro Nacional do Desporto "ENDO". Deste modo e tendo em vista a elaboração de um projeto de desenvolvimento do desporto nacional que vise a democratização da prática desportiva convidou a Direção-Geral dos Desportos um conjunto de técnicos para que, no âmbito deste setor, proponham as soluções mais adequadas à presente realidade nacional.

O plano em perspectiva deverá estar concretizado no prazo de dois meses, após o que será apresentado a todos os setores ligados a cada uma das modalidades de modo a que as críticas formuladas enriqueçam as propostas de trabalho que se vierem a preconizar.

As comissões constituídas para estudo do desenvolvimento do desporto, procuraram no projeto a apresentar, ir ao encontro das seguintes preocupações:

— Promover uma prática imediata entre os escalões etários mais baixos, de todos os setores sociais, definindo prioridades que se justifiquem pela análise da situação atual.

— Propor soluções para os processos de formação de quadros humanos que assegurem o apoio e as ações de desenvolvimento à escala nacional;

— Aproveitar e ampliar as estruturas materiais, instalações, anexos e apetrechamento para uma objetivação do processo de desenvolvimento;

— Aplicar formas de sensibilização e dinamização adequadas à divulgação e prática da modalidade a nível regional;

— Sugerir as medidas indispensáveis de reformulação orgânica das Federações de modo a contribuir para uma efetiva rentabilidade na orientação e apoio do desporto federado;

— Considerar o alargamento das funções, em apoio técnico pedagógico e material, que são de atribuir à Direção-Geral dos Desportos e estimular a ação das delegações como veículo de intervenção socio-cultural;

— Fomentar a pulverização de pequenos clubes e atribuir-lhes um papel fundamental como fatores de desenvolvimento comunitário;

— Propor a criação de novos organismos que garantam a descentralização, implícita num plano de desenvolvimento.

Estas preocupações estão a ser tratadas pelas comissões, tomando em con-

sideração, entre outros, os seguintes aspetos;

— O plano de desenvolvimento desportivo à escala nacional insere-se numa conceitualização do desporto como ação cultural (desporto-cultural).

— O plano de desenvolvimento pressupõe consequentemente;

— Uma orientação unificada como ação educativa dirigida a todos os setores sociais e escalões etários da sociedade portuguesa de acordo com os princípios de participação democrática (direito ao desporto e direito a participação na gestão das atividades desportivas);

— Uma objetivação que atenda às interligações dos setores de atuação e de intervenção da Direção-Geral dos Desportos imposta pelo conhecimento da situação socio-política e socio-económica que se vive no País;

— A manutenção dos pólos de atividade desportiva significativa com o apoio necessário para promover a orientação unificada da modalidade;

— Uma reformulação das estruturas orgânicas responsáveis pela execução do plano de modo a situar a respectiva ação segundo uma política comum e coerente com as suas finalidades;

— Um aproveitamento de máxima rentabilidade das estruturas humanas (existentes, a promover e a formar ou criar), bem como das infra-estruturas materiais (existentes, a recuperar e a construir), umas e outras a mobilizar num sentido comunitário;

— Uma exequibilidade definida em termos de aplicação com oportunidade, dos meios disponíveis previstos num estudo orçamental que suporte a realização;

— Uma proposta de execução por fases definidas em termos de curto, médio e longo prazo, dependentes da opção prioritária e da estratégia de atuação seguida pela situação socio-política do País.

Todo este trabalho se situa no campo de atuação da Direção-Geral dos Desportos — promoção da prática do desporto nos tempos livres.

Porque se pretende que os efeitos desta ação se dirijam a toda a população nacional; as comissões convidam, praticantes, animadores, dirigentes, educadores, sindicalistas, políticos, movimentos democráticos e poderes públicos a tudo fazer para que se desenvolva em Portugal — um desporto ao serviço do homem.

"Diário de Lisboa"

SELEÇÃO DE JUNIORS Portugal vai defrontar a Finlândia

Os responsáveis pela seleção nacional juniors concordaram com a realização de dois jogos particulares com a Finlândia, a disputar em Portugal, nos dias 10 e 12 de dezembro. A ideia arastava-se já desde o último jogo entre as duas seleções, disputado no ano passado, em Helsínquia, quando os nossos juniors se deslocaram à Suécia para disputar a fase final do "Europeu".

Os finlandeses já apurados para o Torneio da UEFA, depois de eliminarem a Noruega, deslocam-se a Portugal, a expensas suas, isto é, a F.P.F. apenas terá a seu cargo a estadia dos finlandeses.

O jogo a realizar no dia 10 (terça-feira), será disputado no Norte, havendo neste momento, o propósito dos responsáveis pelos juniors, de fazer disputar o encontro fora do Porto, proporcionando, assim, a outra localidade das muitas que acompanham os juniors com entusiasmo, tal como Braga, Guimarães e São João da Madeira, o ensejo de assistirem a um jogo de caráter internacional. O encontro do dia 12 jogar-se-á em Lisboa.

"A Bola"



Rodoviário "CARAVELLE" Ltda.

"O jato na Rodovia" Transportes rápidos entre: Rio - São Paulo - Niterói - Magé - Rio Bonito.

RIO SÃO PAULO NITERÓI
260-5075 92-1864 5294

Sobre o voto aos emigrantes

"Pois eu não tenho rivalidade contra nenhum partido de esquerda, porque embora divergindo todos querem chegar à grande sociedade socialista, embora por caminhos diferentes. Ao criticarem-se não o fazem por mal. É porque cada um pensa que está a cumprir melhor que os outros..." "Julgo que a pior asneira que podem fazer é dar o direito de voto ao emigrante. Se o fizerem não faltarão milhares de contos a circular em propaganda para votarem pelos partidos aliados dos grandes interesses financeiros e económicos". Armando Figueiredo, —

Brodway, E.U.A.

Leiria, cidade histórica

"Leiria cidade histórica, pedacinho rincão de minha Pátria! Que nos lírios campos de São Jorge de Aljubarrota, onde ao seu redor foi construído o Monumental Mosteiro da Batalha, que se tornou ali, o marco histórico da Independência do nosso Portugal.

Leiria tem muito de histórico e belo para ser visto. E a todos quantos ali chegam para ficar, ou simplesmente para uma visita, ali são sempre bem vindos e recebidos de braços abertos. O democrata e professor Dr. Joaquim da Rocha e Silva, nascido no Brasil, em Belem do Pará, está radicado há mais de 42 anos na cidade de Leiria, onde foi candidato a deputado pela Oposição na campanha eleitoral do Sr. General Norton de Matos, e também na campanha do General Humberto Delgado. Tendo frequentado o Liceu de Leiria, quando ainda jovem, e como professor foi Mestre sábio na Escola Industrial e Comercial da mesma cidade, e ainda exerceu a profissão de economista e, especialmente, de consultor fiscal. Sendo atualmente o governador civil de Leiria. O que a nós portugueses aqui radicados no Brasil, muito nos honra.

A estes encantos próprios junta Leiria a vantagem da sua situação corográfica no centro do país, e no centro de uma área turística privilegiada. As belas praias de Pedrógão, Vieira, São Pedro de Muel e Nazaré, na primavera são sempre os lugares preferidos. O Pinhal de Leiria, ao longo de sua costa, continua sendo a Floresta Histórica, de onde saíram as madeiras para a construção das Caravelas, que demandaram os bravios mares afora na rota dos descobrimentos de novas terras para o Mundo.

Que como o Brasil, outrora colônia, vão-se tornando agora também novas nações de idioma português. — Nêstes novos rumos em que caminha o Mundo, nós os portugueses democratas e patriotas orgulhamo-nos porque representa também uma vitória para o Nosso Portugal, a independência da Guiné, Moçambique e Angola".

João Pereira Viva - São Paulo

"LINHA GERAL"

Na sua edição de 9 do corrente o semanário LINHA GERAL, publicado em Leiria, referiu-se a PD com palavras fraternas, informando os seus leitores sobre o passado do nosso jornal. Agradecemos as palavras amigas de LINHA GERAL e manifestamos o nosso apreço pela sua linha editorial e pelo alto nível jornalístico que apresenta.

CASA DO MATE

Mate quente e gelado a toda hora - Mate com leite, limão e maracujá - Chá mate e chimarrão em pacotes das melhores marcas
Av. São João, 602 - São Paulo

MURILLO MELLO CÉLIA DE MELO E MOURA ADVOGADOS

Causas cíveis, criminais e trabalhistas
Rua José Bonifácio, 209, 11.º, s/110f
Fone: 33-1846 — São Paulo

OS detratores da descolonização denunciados por Almeida Santos



O coronel Lemos Pires usando palavra na cerimônia da posse

"No exterior fala-se com admiração no processo de descolonização português como um 'caso impar' da moderna sociologia política. Já os acadêmicos sobre ele se debruçam na tentativa de o teorizarem. Enquanto isso, é em Portugal que ele encontra ainda nem sempre desinteressados detratores", afirmou, o ministro Almeida Santos, durante a tomada de posse dos novos Governadores de Timor e Macau, respectivamente os coronéis Lemos Pires e Garcia Leandro. A cerimônia realizou-se no palácio de Belém e a posse foi conferida pelo Presidente da República, general Costa Gomes, ao lado do qual se encontrava o brigadeiro Vasco Gonçalves. Presentes, ainda, muitas personalidades militares.

As primeiras palavras foram proferidas pelo general Costa Gomes, que pôs em destaque as diferentes funções dos dois novos governados. Enquanto, em Timor, a tarefa primordial é a de consciencializar a população para, em breve, decidir sobre o seu futuro — referiu Costa Gomes —, em Macau há que aperfeiçoar a convivência entre a população portuguesa e chinesa e sobretudo reestruturar a máquina administrativa.

Seguiu-se-lhe, no uso da palavra, o ministro da Coordenação Interterritorial, que citou os acontecimentos em Lourenço Marques e em Luanda, condenando os defensores do colonialismo e os detratores da descolonização.

"Há incidentes em Lourenço Marques ou em Luanda que custam vidas? Debita-se isso à descolonização e não ao colonialismo. Há traços de descrença e esboçam-se êxodos? Levam-se à mesma coluna do balanço. E pressupõe-se que na outra coluna se haveriam de lançar para todo o sempre a harmonia, a confiança, a segurança das pessoas e dos bens, na alternativa da continuação da guerra.

Como se enganam, ou se iludem, os que julgam que na sequência da política colonialista e guerreira pudesse estar à nossa espera, a muito curto prazo, outra coisa que não fos-

sem a morte, a destruição e a expulsão generalizadas?!"

E prosseguiu:

"E como são irrealistas os que, em teimosa prognose póstuma, continuam a responsabilizar-nos por não termos feito em Moçambique e na Guiné referendos obviamente impossíveis, para já não dizer os que, de armas na mão e Portugal na boca, tentaram opor a história um último dique de irracionalismo e obstinação?!"

Mais lhes valera que, com Portugal no coração, cuidassem de não julgar inútil o seu ocasional sacrifício — em alguns casos inevitável — enquanto nos preparamos para cooperar em vez de lutar, para amar em vez de matar, para viver em vez de morrer, para canalizar os milhões gastos na guerra em realizações de paz, para generalizar a todos o benefício de alguns, para franquear as portas que nos iam fechando frugorosamente na cara, países outrora nossos amigos e nos últimos anos nossos carrasos!

Que se esperava para travarmos toda essa insanidade? Que morressem ou se exilassem todos os nossos jovens estudantes e trabalhadores? Que todo o nosso orçamento, e não apenas os quarenta por cento já atingidos passasse a ser orçamento de guerra? Que os dois ou três países que, por confusa solidariedade ainda nos sufragavam a política, se cansassem de fazê-lo? Que as nossas Forças Armadas se atolassem numa desonrosa apatia senão numa pungente derrota? Que sobre elas continuasse a cair o odioso que a informação fascista tentava alienar?"

Em seguida, Almeida Santos abordou as situações particulares de Macau e Timor, sublinhando resultados da recente visita que efetuou. A população de Macau deseja a presença portuguesa, "fator de estabilidade e equilíbrio político regional", disse. Depois, dirigindo-se ao novo governador de Timor, frisou que "a maioria dos timorenses propende a continuar ligada a Portugal".

O coronel Garcia Leandro, elemento do M.F.A., falando a seguir,

defendeu uma política de descentralização e considerou que, em Macau, o seu problema fundamental será o de reestruturar a máquina administrativa. Todas as suas tarefas serão facilitadas, disse, se Portugal e a China Popular estabelecerem relações diplomáticas.

Para o coronel Lemos Pires, é essencial estudar as ligações de Timor a Portugal e sublinhou que, tão breve quanto possível, a população local decidirá do seu futuro, depois de uma consciencialização.

"República"

Quem são os novos governadores

Natural de Lamego, o tenente-coronel Mário Lemos Pires, de 44 anos, tirou o curso de Infantaria da Academia Militar, em 1951. Além de outros cargos, foi, em 1956, representante das Forças Armadas no Pentatlo Internacional Militar, em França; e em Dezembro de 1959, observador do Exército Português no conflito da Argélia. Frequentou vários cursos, entre os quais, o de Estado-Maior, entre 1963/66. Até à formação do Governo Provisório, exerceu as funções de delegado da Junta de Salvação Nacional no Ministério do Interior; e mais recentemente foi chefe de gabinete do ministro da Defesa Nacional. Entre vários louvores e condecorações, possui o grau de cavaleiro da Ordem de Avis.

Por seu turno, o major de Artilharia do C.C.E.M., José Eduardo Martinho Garcia Leandro, de 34 anos, é natural de Luanda. Possui o curso de Estado-Maior, tendo cumprido comissões de serviço em Angola, Guiné e Timor. Membro do Movimento das Forças Armadas, deslocou-se a Macau e Timor, como delegado do M.F.A. da J.S.N. e do Governo Provisório, por três vezes após o 25 de Abril. Possui numerosos louvores e condecorações, entre as quais a Cruz de Guerra de 2.ª classe.

"Diário de Lisboa"



Major Garcia Leandro



Tenente-coronel Lemos Pires

S FREI S LTDA.

Oficina Técnica Especializada

Lonas — Fluidos e Peças em Geral
Vendas e Serviços
Rua Cardoso de Moraes, 328 — RIO
Fone: 230-1057

PORTUGAL DEMOCRÁTICO

Publicação da Editora Portucalense Ltda.
Diretor Edison Rodrigues Chaves
Conselho de Redação Alexandre Antunes Pereira Fernando Lemos João Sarmento Pimentel Joaquim Quitério Manuel Ferreira Moura Raul Ciriaco da Cunha
Redação Rua Líbero Badaró n.º 488 - 5.º - s/50 Caixa Postal 6248 - CEP 01000 Telefone: 37-0933 São Paulo - SP

Distribuição

Fernando Chinaglia Distribuidora S.A. Rua Teodoro da Silva, 907 20.000 - Rio de Janeiro - GB.

Impressão

Jornal Paulista Ltda. Rua Oscar Cintra Gordinho, 46 São Paulo - SP
Além da edição brasileira do Diário de Notícias, Portugal Democrático publica ainda uma seleção de artigos dos seguintes jornais e revistas: REPÚBLICA - DIÁRIO DE LISBOA - O SÉCULO - PRIMEIRO DE JANEIRO - NOTÍCIAS DA AMADORA - SEARA NOVA e outros.

Correspondentes BRASIL

Rio de Janeiro - GB, A. J. Bravo Pr. Floriano, 19, 1.º, s/13 Fone: 224-9765

Recife - PE

Angelo Ferreira da Silva Rua do Hospício, 149 - 1.º Londrina Julio Duarte Ed. Centro Comercial - Apt.º 141 Brasília - DF Livraria Encontro S.A. Galeria do Hotel Nacional Lojas 28 e 29 VENEZUELA - Caracas Junta Patriótica Portuguesa Apartado 8287 URUGUAY - Montevideo Junta Portuguesa Del Uruguay Casila de Correo 2128 PORTUGAL - Lisboa Urbano Tavares Rodrigues Rua Tomás Ribeiro, 40 - 2.º andar INGLATERRA - Londres Portuguese and Colonial Bulletin 10 Fentiman Road - London SW 8 HOLANDA - Amsterdam Tulipa Vermelha Postbus 12039 - Bijmermeer

CANADA - Toronto, Ont. Portuguese Canadian Democratic Association

P.O.Box 5921 - Station (A) CHECOSLOVÁQUIA - Praga 1 João Ribeiro Postovni Urad-Jindriřská UL C: 14 Scharánka 646 FRANÇA - Paris Grupo de Amigos do "Portugal Democrático" 2, Place François Villon Escalier E - La Courveneuve Seine

Assinaturas Para o Brasil

Anual	Cr\$ 120,00
Semestral	Cr\$ 70,00
Viz. aérea	
Anual	Cr\$ 170,00
Semestral	Cr\$ 120,00
Para o Exterior - via aérea	
Anual	US\$ 28
Semestral	US\$ 21